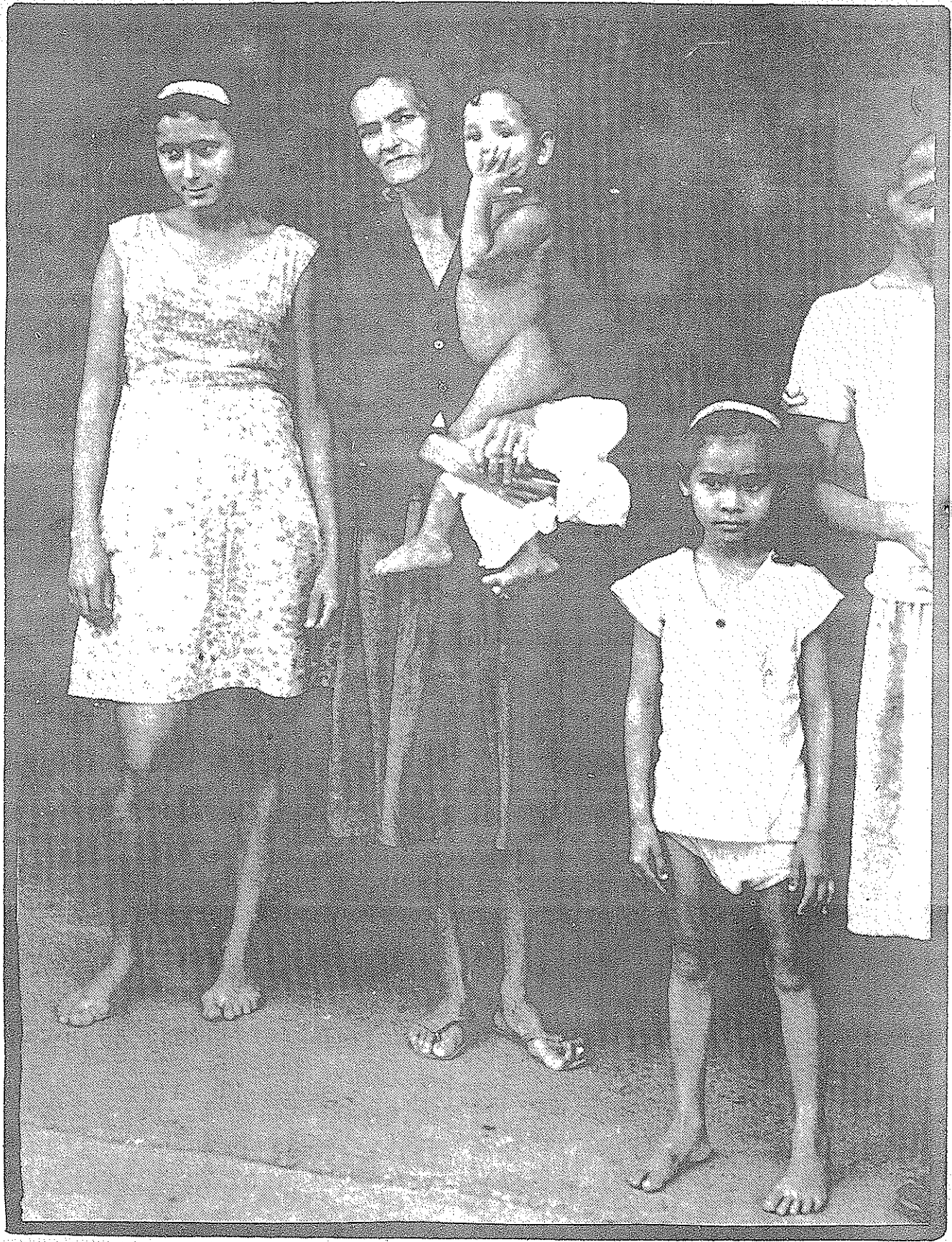


DEBATE 12

« PROJETO de PLATAFORMA »



abril 73

PELA REORGANIZAÇÃO DE NOSSO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO !
PELA REUNIFICAÇÃO DOS MARXISTAS-LENINISTAS DO BRASIL !

Como resultado de paciente discussão, de longo esforço e de constante apego à causa da recomposição das forças revolucionárias e da unidade dos comunistas do Brasil, podemos neste número de Debate submeter a todos os companheiros que acompanham nosso trabalho o Projeto de Plataforma que ocupa boa parte (33 páginas) do espaço de que dispúnhamos. Nosso Debate-12 sai pois praticamente como um número especial, o que nos forçou a comprimir consideravelmente as demais matérias. Neste sentido, embora apresentemos mais um capítulo da História da Associação dos Marinheiros, por B. Miguel, não nos foi possível concluir a publicação deste importante material, do qual ficará portanto ainda uma última parte para nosso próximo número. Prosseguimos a publicação de O movimento camponês na zona canavieira de Pernambuco, e apresentamos uma última intervenção crítica sobre o documento Uma autocritica necessária, conforme o compromisso que assumimos no número anterior. Outras matérias tiveram sua presença sacrificada neste número e serão divulgadas nos próximos números.

Pensamos organizar em torno de nosso Projeto de Plataforma um largo e fraternal debate com todas as correntes e formações políticas de nosso movimento revolucionário, e desde já abrimos as páginas dos próximos números de nossa revista a todas as contribuições críticas que nos forem enviadas.

Embora o presente projeto represente a posição coletiva dos militantes integrados em nossos círculos e seja o resultado de uma discussão de mais de um ano, não o consideramos nem como a expressão completa nem como a expressão definitiva de nosso pensamento. Evidentemente, se o submetemos à discussão pública e aberta, é que consideramos ser ele suficientemente representativo das concepções políticas do conjunto dos militantes de Debate e de Teoria e prática. De resto, a discussão bastante larga, embora não pública, de nosso Ante-projeto de Plataforma à qual contribuíram companheiros integrados a outras correntes políticas que seguem de perto nosso trabalho, permitiu-nos incorporar, em nosso presente Projeto, as críticas recebidas, levando-nos assim a aprofundar ou a precisar de maneira mais rigorosa o nosso ponto de vista.

O Projeto não constitui a expressão completa de nossas concepções sobretudo porque seu objetivo fundamental é o de discutir em profundidade as questões que hoje dividem o nosso movimento revolucionário. Por isso mesmo todo nosso esforço se concentrou no determinar quais são estas questões e em aprofundá-las, de maneira a apontar uma via para resolvê-las. O que nos impediu de tratar sistematicamente de uma série de temas referentes tanto à teoria marxista do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, à descrição e análise de nosso sistema econômico, de sua situação no interior do sistema imperialista internacional, quanto à apreciação pormenorizada de cada uma das formações políticas de nosso movimento revolucionário e da experiência histórica de luta de classe de nosso proletariado e de nosso campesinato. São temas que merecerão um novo documento, de caráter mais sistemático, ao qual entendemos dar a forma de Teses para o programa marxista da revolução brasileira.

Compreende-se assim porque o presente Projeto não constitui expressão definitiva de nossas concepções. Por isso mesmo o divulgamos não apenas para informar nossos leitores sobre nossas concepções, mas para efetivamente discutir com eles, de maneira a que todos aqueles que, organizados ou não conosco, partilham do essencial de nossas idéias, contribuam a torná-las mais sólidas, mais justas e mais completas. Para nós, marxistas-leninistas, a verdade é sempre revolucionária.

§1- Porquê uma plataforma política ?

Um importante processo de discussão e de clarificação política se desenvolve atualmente na esquerda brasileira. Com a bancarrota do militarismo desmoralizaram os principais obstáculos que vinham até data recente bloqueando a análise e o debate organizado sobre as concepções e linhas políticas materializadas na experiência dos últimos anos e em especial no período 1968-1970, marcado pelo apogeu da guerrilha urbana. Examinar criticamente esta experiência, compreender as razões de nossas derrotas, determinar as causas de nossos erros, descobrir os métodos e os rumos que abrem perspectivas para sua superação, tais são as aspirações de boa parte dos militantes revolucionários que tendo entendido a gravidade da situação que atravessa hoje o movimento democrático e socialista no Brasil, esforçam-se por reorganizar nossas forças e retomar de maneira mais consequente nossa luta. Esta nova atitude é bastante positiva, sobretudo na medida em que permite a todos os comunistas e revolucionários formar sua opinião e tomar atitude frente às diversas formações políticas em que se encontra hoje fragmentado o movimento revolucionário do Brasil.

Tanto o atual processo de discussão quanto a relativa desorganização com que vem sendo efetuado são expressão e resultado da luta revolucionária dos últimos anos : se a discussão se faz em relativa desordem, é que houve todo um período em que discutir aparecia como o contrário de agir, em que a "mesa de discussão" era considerada como um fator de desunião dos revolucionários e de desperdício de tempo e de energia em detrimento da "prática" -que por sua vez era identificada à ação armada e à guerrilha. Se é pois verdade que o momento atual pode ser caracterizado como um momento em que "os militantes discutem" por oposição a um momento em que desenvolviam uma "prática armada", não é menos verdade que a discussão que hoje se desenvolve tem como ponto de partida o fracasso desta "prática armada".

Daí decorrem a lentidão com que o debate político e a luta ideológica estão se desenvolvendo, as dificuldades incontáveis com que se defrontam os núcleos revolucionários empenhados em dar consequência a este processo, e sobretudo a inexistência de instrumentos políticos e organizatórios capazes de veiculá-lo adequadamente. Porisso mesmo o esforço por levar adiante esta discussão é inseparável do esforço para constituir as formas de organização e de luta teórico-política sem as quais ela se dispersará e dispersará os revolucionários. Cabe aqui uma analogia entre a situação que ora vivemos e aquela por que passou o movimento revolucionário em 65-67. Também o período que se seguiu ao golpe de 64 foi marcado por intenso processo de discussão, visando explicar as causas da derrota de 64 e a determinar as condições, teses e métodos para a retomada da luta revolucionária. Sabemos todos qual foi o resultado destas intensas discussões e das lutas internas que as acompanharam : a passagem à ação direta em 68 com largo predomínio do extremismo militarista, a incapacidade de difigir corretamente o fluxo de lutas de massa de março-julho 68 e finalmente a cega arremetida dos grupos de guerrilha urbana em 69-70, quando, inclusive para muitos dos que haviam passado à ação direta em 68, era evidente que as operações de comando contribuíam, naquela situação, a desorganizar "não as forças do governo, mas as forças da revolução". E no entanto, as condições políticas e sobretudo organizatórias em que se verificaram as lutas internas de 65-67 haviam sido incomparavelmente mais favoráveis que as atuais : o potencial humano da revolução se encontrava praticamente intacto, abundavam os periodicos e até tribunas semi-legais para o confronto de idéias e posições políticas e a autocracia militar-burguesa encontrava-se ainda em sua "fase inferior": castelismo e em seguida "abertura" de Costa e Silva. Ao contrário, a larga discussão que ora se trava parte do desmantelamento de boa parte das organizações revolucionárias (e não somente das que se especializaram na ação de comandos urbanos), da hecatombe de parcela ponderável de revolucionários lutadores e consequentes (só a lista de mortos nos últimos anos atinge cerca de 200 companheiros) e de um clima de derrota quando não de desalento. De positivo

em relação ao período 65-67, o atual debate ideológico apresenta um aspecto importante: ao passo que em 65-67 o que se denunciava essencialmente era o "reformismo" do PCB e a incapacidade das demais forças políticas revolucionárias em desencadear a luta armada, o que vale dizer, o que se criticava era a ausência de resposta ao golpe reacionário de 64, no período atual, em que a crítica e a auto-crítica concernem especialmente o militarismo e outras formas de vanguardismo típicas dos setores radicais das camadas médias da população, a discussão se desenvolve sobre a base de uma experiência prática importante que constituiu e constitui ainda um critério prático irrevocável para a avaliação das concepções programáticas e dos métodos concretos de luta postos em execução nos últimos anos.

Assinalar este aspecto positivo não implica em subestimação dos aspectos negativos do período cuja herança recolhemos todos, quaisquer que tenham sido nossas responsabilidades - grandes ou pequenas - nesses fracassos. Dentre estes aspectos sobressaem-se, no referente ao processo de discussão em que ora estamos empenhados, alguns que vêm dificultar particularmente o avanço da luta ideológica, da elaboração de uma teoria marxista da revolução social no Brasil, e em geral do cumprimento das condições teóricas e políticas gerais para a reorganização do movimento revolucionário e a reunificação dos marxistas-leninistas num único Partido Comunista. São os seguintes estes fatores que bloqueiam o avanço da discussão: (1) as diferentes organizações, movimentos e forças políticas revolucionárias conhecem mal, quando não ignoram completamente, a teoria e a prática política das demais organizações, limitando-se no mais das vezes a relações e contactos de caráter puramente regional quando não local; (2) baseiam-se frequentemente em preconceitos, informações distorcidas ou pizações puras e simples para definir suas políticas de aliança; (3) recrutam quase sempre na base da influência pessoal e da deformação das demais concepções e linhas políticas, fazendo assim com que grande parte das adesões que recebem estejam fundamentadas numa forma ou noutra de obscurantismo ideológico; (4) fornecem em geral uma formação teórico-política medíocre a seus militantes e (5) abstem-se de criticar teoricamente as demais concepções, limitando-se a repetir que "tudo mostra" que seu próprio programa e sua própria tática são mais justos. A lista poderia ser mais longa, mas cremos ter indicado os principais obstáculos ao desenvolvimento de um debate teórico-político e de uma luta ideológica consequentes, à superação do "trabalho artesanal" no domínio da teoria revolucionária. Ora, desta superação também depende a unidade da esquerda e a reorganização dos marxistas-leninistas num único partido comunista.

As dificuldades objetivas impostas às forças democráticas e socialistas pelo terror exercido pela autocracia militar-burguesa explicam em grande parte esta situação. Não podemos esquecer no entanto que a capacidade da ditadura em intimidar pelo exercício do terror e da tortura sistemáticos os setores mais combativos do movimento operário e popular decorre em boa parte das derrotas do movimento revolucionário (o terror e a tortura são tanto mais intimidatórios quanto mais fracas estiverem suas vítimas: nossos erros não explicam os crimes da ditadura, mas explicam sua impunidade e sua eficácia). A experiência histórica das lutas proletárias e revolucionárias mostrou e continua mostrando - basta mencionar a grande e vitoriosa guerra revolucionária de libertação nacional do povo vietnamita - que repressão alguma se impõe por si só no mundo atual e que, no que nos concerne, devemos, como já salientaram alguns companheiros revolucionários, "buscar as causas de nossos fracassos principalmente em nossos erros". Estes erros, sabemos quais são e DEBATE desde seu aparecimento, vem lutando contra eles, de um ponto de vista crítico e auto-crítico. O principal responsável por eles é o militarismo, uma das expressões, em nosso país, do radicalismo das camadas médias da população e notadamente dos estudantes e da intelectualidade influenciada pela chamada "linha da OLAS", mas também de setores mais marcadamente populares, como os remanescentes dos movimentos dos sargentos e dos marinheiros e certos elementos saídos do movimento operário. A essência do militarismo se resume em duas teses: (1) de que é possível ("numa primeira etapa") fazer a revolução sem as massas e (2) que a ação armada de pequenos grupos é a única (grupos mais conciliadores diriam: é a principal) forma de luta que leva à acumulação de forças.

O fato de que boa parte das organizações políticas hoje procurem divulgar sistematicamente suas concepções e posições e de que para tanto utilizem largamente o trabalho no exterior tem uma dupla significação. De um lado, constitui parte dos resultados das derrotas recentes: um movimento revolucionário com tão grande peso específico fora das fronteiras do país é um movimento revolucionário enfraquecido, golpeado em todos os níveis, separado das grandes massas dos trabalhadores, dos oprimidos, do povo todo. De outro lado, exprime um esforço de reorganização e de desenvolvimento da luta ideológica ali onde ela pode mais facilmente ser travada: na retaguarda das lutas práticas, e ao abrigo da repressão militar-burguesa. Melhor seria se esta luta se desenvolvesse essencialmente lá dentro do nosso país. Melhor ainda se houvesse meios e recursos para que dela participassem mais regularmente, e de maneira mais sistemática, os militantes que hoje buscam o caminho da luta política de massas. Não podemos e não devemos poupar nenhum esforço para que isso ocorra, tanto mais que desta ligação com as lutas práticas depende a continuidade da própria luta ideológica e em geral do esforço teórico que desenvolvem os marxistas do Brasil no sentido de contribuir para a reorganização do movimento revolucionário e para a retomada das grandes lutas contra a ditadura, contra o imperialismo e pelo socialismo.

Não há dúvidas no entanto de que se produz uma mudança qualitativa nos métodos de trabalho e na própria concepção do significado e das perspectivas da luta ideológica e da elaboração coletiva no campo teórico e político. O melhor sinal disto é a proliferação de publicações revolucionárias visando retomar a análise da sociedade brasileira e em geral a discussão sistemática dos problemas da revolução no Brasil. Sem considerar as publicações de cunho partidário se apresentando como órgão político central de organizações que se consideram como já sendo o partido da revolução (por exemplo, Voz Operária do PCB, Classe Operária do PCdoB), cabe assinalar, dentre aquelas aparecidas após DEBATE (que neste sentido teve um papel pioneiro), TEMAS E DEBATES, que desde 1970 tem sido editado com certa regularidade e o recente UNIDADE E LUTA, órgão político da TL/ALN, cujos primeiros números materializam uma concepção criativa da imprensa marxista-leninista nas condições atuais de nosso movimento revolucionário. Outras correntes e organizações políticas também lançaram órgãos de imprensa num período recente: TESIS PROLETARIAS (PO), REVOLUTION BRESILIENNE (PCBR), OUTUBRO (trotskistas da tendência "lambertista"), PALMARES, RESISTENCIA (MR-8), etc. Houve também numerosos jornais e revistas que não passaram do primeiro ou segundo número, e já desapareceram: o diletantismo no campo da teoria é ainda tão frequente quanto o trabalho artesanal no terreno organizatório e político.

De qualquer modo, a existência de um conjunto de publicações - às quais veio se acrescentar o órgão de nossa corrente em espanhol, TEORIA Y PRACTICA - aparecendo com um mínimo de regularidade, e exprimindo, ainda que de maneira incompleta e mesmo insatisfatória, a situação e as perspectivas das diferentes forças que integram nosso movimento revolucionário, põe um termo à primária dialética do aqui e do agora com a qual certos aprendizes-burocratas tentaram durante os anos da "euforia armada" sufocar qualquer exame crítico da situação e da prática das pretensas organizações de vanguarda. Com efeito, a realização prática de uma larga discussão entre militantes revolucionárias visando à reunificação do movimento democrático, anti-imperialista e socialista no Brasil a partir do exame crítico e auto-crítico da experiência dos últimos anos e do aprofundamento do debate teórico em torno do programa e das formas de luta revolucionárias impede que aqueles que pensam deter a propriedade privada da verdade revolucionária respondam aos que com eles querem discutir: "agora não é possível, devido a razões de segurança" (quando se trata de discussão no Brasil) e "aqui é contra nossos princípios, só discutimos lá dentro" (quando se trata de discussão no exterior). A prática vem mostrando, em que pesem estas manobras, que é possível e necessário discutir tanto dentro quanto fora do Brasil e que a discussão, a crítica e a auto-crítica foram, são e serão sempre necessárias.

No interior das forças que lutam pelo aprofundamento do debate ideológico, pela reorganização de nosso movimento revolucionário em vista das lutas políticas das grandes massas de explorados e de oprimidos e em torno do marxismo-leninismo, pela unidade da esquerda e em particular pela reunificação dos revolucionários marxistas num só partido comunista, DEBATE vem desempenhando um papel positivo, procurando, na medida de suas

possibilidades e malgrado a limitação de seus recursos, tanto materiais quanto humanos, dar toda consequência a este processo e contribuir a criar as condições para que se cumpram os objetivos maiores que nos dita nossa presente situação: recompor nossas forças, reorganizar nosso movimento.

Tanto o aprofundamento da luta ideológica quanto à ligação dos militantes revolucionários às lutas espontâneas das grandes massas - condições fundamentais para que se cumpram nossos objetivos - partem da situação concreta que ora vivemos e que se caracteriza, no referente ao movimento revolucionário tomado como um todo, pela dispersão de forças em incontáveis círculos, alguns dos quais sendo o que restou de organizações "de vanguarda" destroçadas pela repressão de ditadura, outros constituindo a expressão de uma fase inicial do processo de reagrupamento dos militantes oriundos do período de guerrilha urbana, outros ainda representando formas embrionárias de organização política a partir das lutas espontâneas, sobretudo do movimento operário e estudantil. A dispersão do movimento revolucionário em inúmeros círculos é um dado objetivo de nossa situação. Se exceptuarmos algumas formações políticas tradicionais de nossa esquerda - especialmente o PCB, mas também em certa medida o PCdoB e a AP - podemos afirmar que ela se compõe hoje dos mais diversos tipos de círculos e que sua composição é o espelho fiel das derrotas que atravessamos. Porque há círculos e círculos. Há sobretudo espírito de círculo, isto é, o desvio oportunista que consiste em pretender cristalizar o fracionamento do movimento revolucionário erigindo os círculos atuais em "embriões" do "partido proletário" quando não do "exército revolucionário". Neste particular cabe pois distinguir rigorosamente o fato objetivo do fracionamento das forças revolucionárias e as políticas alternativas, quando não simultaneamente, oportunistas e sectárias, que cultivam o espírito de círculo, que colocam a sobrevivência de seu próprio círculo acima do objetivo da dissolução dos círculos no Partido. A tese de que só desaparecerão os círculos quando o movimento operário estiver unido em torno de posições revolucionárias é uma tese espontaneista: ela esquece o essencial, que a unidade dos marxistas-leninistas constitui justamente uma das premissas essenciais para a unidade da classe operária em torno de um programa revolucionário.

Não quer isto dizer no entanto que se devam abolir os círculos por decreto. Ao contrário, esta abolição puramente administrativa e burocrática, que se exprimiria quer na diluição dos núcleos marxistas-leninistas organizados em diferentes níveis, dentro do Brasil ou na emigração, em proveito de uma "tendência ampla" agrupada apenas em função de princípios genéricos ("necessidade da auto-crítica", "ideologia proletária", etc.), quer na formação de alianças mais ou menos estáveis de círculos afins (auto-intitulando-se pomposamente de "frente armada" ou de "bloco socialista"), constituiria na realidade o triunfo do espírito de círculo sobre o espírito de partido. Não se trata pois de "queimar etapas" e ainda menos de batizar de "embrião de partido" um pequeno núcleo de militantes sem capacidade de dirigir frações determinantes do movimento operário e das grandes massas de explorados e oprimidos. Trata-se de determinar as formas corretas de superação da política de círculos e do fortalecimento da política de partido. É visando contribuir para este objetivo que DEBATE define sua plataforma política.

Dissemos que há círculos e círculos. Globalmente, podemos distingui-los quanto à sua base social e quanto à sua natureza política. Quanto à sua base social, há os círculos de operários, de trabalhadores assalariados em geral, de estudantes, de intelectuais. Quanto à sua natureza política há os círculos de militantes atuando dentro do Brasil, os círculos de militantes atuando fora do Brasil, na emigração política, os círculos de intelectuais emigrados ligados ou não a círculos de militantes, etc. É evidente que não se pode ter a mesma apreciação nem a mesma atitude diante de cada um destes tipos de círculos. Os círculos de trabalhadores atuando dentro do país constituem, nas condições atuais (de derrota da guerrilha urbana, de fragmentação do movimento de massas, de ausência de lutas de massa em escala apreciável) um fenômeno positivo, isto pela simples razão de que é melhor haver operários organizados em círculos do que operários completamente desorganizados (o mesmo vale, mutatis

mutandis, para os círculos de estudantes e em geral de todas as forças democráticas e socialistas). A atitude dos marxistas-leninistas, como de resto de todos os revolucionários diante destes círculos está expressa no princípio "ir onde estão as massas", "ligar-se à luta espontânea das massas". Já os círculos de militantes devem ser encarados com critérios distintos. A primeira distinção a estabelecer entre eles é a de saber se estão ou não ligados às massas, e especialmente à classe operária. Em relação aos círculos que estão ligados às massas, a atitude dos marxistas-leninistas só pode ser uma: buscar a unidade com eles, ao nível em que ela for possível (que pode ir desde a unidade de ação contra a ditadura até a reunificação em vista da constituição do partido marxista-revolucionário). Em relação aos círculos que não estão lutando para se ligar às massas (que podem ser tanto os remanescentes dos grupos de guerrilha urbana quanto os pequenos núcleos de intelectuais socialistas ou meramente democráticos) a atitude dos marxistas-leninistas deve ser a de desenvolver uma luta ideológica combinada com a unidade de ação ao nível em que esta for viável (ao menos no terreno da denúncia dos crimes da ditadura, da defesa dos presos políticos, etc.). O caso dos círculos que se apresentam com pretensões vanguardistas deve ser encarado à luz dos mesmos princípios: que se trate de "vanguardas armadas", de "partidos comunistas, operários e revolucionários", o essencial é saber se têm ou não vínculos, e que tipo de vínculos, com o movimento de massa. Ao mesmo tempo, no terreno do debate teórico e da luta pela reunificação dos marxistas-leninistas, é preciso criticar a fundo as concepções dogmáticas que pretendem se erigir em "teorias" "marxistas" da revolução brasileira e que não resistem nem à prova dos fatos nem ao exame dos conceitos em que se fundamentam. É preciso sobretudo combater todos os grupos sectários e oportunistas que não compreendem a unidade da esquerda e a reunificação dos marxistas-leninistas num só partido comunista como um processo complexo, de reorganização prática de forças e de aprofundamento teórico dos problemas controversos. Estas considerações, válidas para as mais diversas formações políticas que lutam no Brasil pela reorganização do movimento revolucionário, se aplicam "a fortiori" aos círculos de emigrados.

São pois, no essencial, os seguintes os objetivos de todo revolucionário dentro ou fora do país, na clandestinidade, na legalidade ou na prisão:

- (1) contribuir para a ligação dos militantes de esquerda em geral e do movimento revolucionário em particular à luta espontânea das grandes massas
- (2) contribuir para o desenvolvimento consequente da luta ideológica e, para os revolucionários marxistas-leninistas, o objetivo específico da
- (3) luta pela reorganização de um Partido Comunista, que constitua o destacamento mais avançado da classe operária e de todos os explorados e oprimidos e que assegure a hegemonia proletária na Revolução e a transformação socialista da Sociedade.

Estes três objetivos (ou dois, no caso das correntes não-marxistas do nosso movimento revolucionário) são interdependentes, cada um deles não se cumprindo sem que se cumpram os demais. Ao definir sua plataforma política, os militantes de DEBATE buscam ao mesmo tempo definir-se em relação ao conjunto da esquerda e em especial, em relação às formações políticas que partilham nossa apreciação sobre os três objetivos fundamentais. Esta plataforma política constituirá não somente a base de nossa atuação, a síntese dos princípios e teses que fundamentarão nossa atividade, mas igualmente o nosso ponto de vista sobre quais as questões que devem ser colocadas e resolvidas pelos revolucionários e especialmente pelos comunistas que buscam a reunificação. Constitui portanto a nosso proposta sobre as condições políticas necessárias para a superação da política de círculos, para o avanço teórico e prático do movimento revolucionário no seu conjunto e para a reunificação dos marxistas-leninistas num único Partido Comunista.

§2- Formação e situação atual da corrente política agrupada em torno de DEBATE

Os dois primeiros números de DEBATE (fevereiro e abril 70) refletiam o caráter "frentista" que orientou sua formação. Suas bases políticas eram extremamente ecléticas, resumindo-se na tese do "apoio crítico" ao processo de luta armada então em desenvolvimento no Brasil sob a forma de ações armadas de comandos urbanos. Esta posição - que encerrava um elemento de conciliação com o militarismo - explicava-se pelo fato de que, num momento em que parte ponderável das forças mobilizadas pela "estratégia da guerrilha" ainda se encontrava intacta, a luta ideológica tinha de se travar em boa medida no cam-

po do extremismo militarista de classe média: ali estavam com efeito muitos militantes sérios e consequentes, e a reorganização do movimento revolucionário dependia também de seu concurso. Lutar para livrá-los da aventura da "guerrilha urbana" era lutar pela preservação do patrimônio humano da Revolução. Outra coisa evidentemente é saber se travamos esta luta com a clareza e firmeza necessárias, se escapamos sempre do duplo perigo de esquecer a crítica em nome do apoio ou de esquecer o apoio em nome da crítica. A leitura de nossos primeiros dois números mostra que nem sempre o conseguimos. Dizer que na época era difícil para um grupo como o nosso, saído das lutas de 67-69, ir mais longe do que a denúncia da "euforia armada" e o esforço de criticar a experiência destes anos à luz do marxismo-leninismo, não é tentar auto-justificarmo-nos. Como materialistas dialéticos, não temos a pretensão ridícula de nunca errar: temos somente a intenção firme de aprender com nossos erros. De resto, o contacto com as tendências "massistas" (PCdoB, AP) ou com o PCB era então praticamente nulo. E as dificuldades para realizar um trabalho consequente e regular no exterior imensas: boa parte dos exilados, sobretudo os influenciados pelo militarismo mais dogmático, pretendiam ter saído do Brasil "para voltar no mês que vem". Embora este mês tão decantado não viesse nunca, estes elementos mantinham a mesma atitude liquidacionista a respeito de qualquer trabalho regular no exterior que não fosse a "divulgação de ações revolucionárias" e a denúncia da ditadura. Mesmo esta divulgação e denúncia a que, na opinião dos militaristas, devia se reduzir o trabalho político no exterior eram com grande frequência feitas em termos de primarismo ideológico, quando não de irresponsável demagogia. Foi o período em que se constituiu aquilo que ironicamente se designou por "corpo diplomático da esquerda revolucionária", basicamente uma aliança entre diferentes organizações militaristas e grupos ligados a antigos dirigentes do movimento popular. A chegada dos 40 a Alger e o alvoroço que criou nestes setores da emigração contribuíram ainda mais para que se mantivesse artificialmente o clima de "euforia armada". Nestas condições e na medida em que aumentava o número de camaradas dispostos a levar adiante a luta ideológica em torno do marxismo-leninismo, o grupo DEBATE foi paulatinamente levado a diferenciar-se dos demais círculos e organizações que preconizavam "apoio crítico" à ação armada dos comandos urbanos.

A partir do número 3, DEBATE passou pois a defender concepções políticas próprias, que ficaram consubstanciadas no editorial deste número ("Unidade da esquerda"). Em que pesem hesitações, este editorial tirava as lições essenciais do processo de luta armada, afirmando que :

"ao período inicial da ação armada (até fins de 68) caracterizado pela combinação das ações armadas dos partisans urbanos com o desenvolvimento das lutas de massa, violentas e pacíficas, bem como das organizações revolucionárias clandestinas e ilegais dos trabalhadores urbanos e dos estudantes, seguiu-se um período (que perdura até hoje), caracterizado pelo refluxo do movimento de massas e pelo consequente isolamento dos grupos armados, acentuado pela intensificação do processo repressivo..."

Acrescentava o mesmo editorial :

"...na atual conjuntura só se pode romper o cerco policial-militar à resistência armada urbana através da ampliação política das bases sociais da resistência. Enganam-se pois os camaradas que querem rompê-lo "no tapa". Cabe também reconhecer que a insistência em dar murro em ponta de faca leva à delapidação do patrimônio humano da revolução..."

Ao mesmo tempo, definia-se uma perspectiva global de reorganização do movimento revolucionário. No entanto, e a despeito de protestarem sua "concordância" com o editorial, houve camaradas que se opuseram, explícita ou implicitamente, a que DEBATE assumisse posição própria no processo de luta ideológica. Queriam que permanecesse como publicação "frentista", queriam atenuar o aspecto de luta para absolutizar o de unidade, o que na prática levaria à redução do boletim a mero órgão de divulgação de ações e posições das organizações "de luta armada", isto é, ao reboquismo frente ao extremismo militarista de classe média. Era o momento em que a "euforia armada" vivia um último sobressalto; havia organizações que "desciam" e outras que "subiam"; era grande a tentação de "reformular a guerrilha urbana" com algum verniz "marxista" e "leninista".

7

Nestas condições DEBATE decidiu tirar um número especial (4), consagrado à questão da Frente Brasileira de Informação. Havia, sobre esta questão, uma divergência no seio do Coletivo. A maioria adotara uma posição de princípio marxista sobre o trabalho de unidade no exterior: devia ser um trabalho pela base, agrupando os brasileiros na denúncia da ditadura e na propaganda da resistência popular. A minoria (tratava-se de dois camaradas ligados à VAR-PALMARES e ao POC) considerava que a FBI devia se constituir a partir de acordo entre as personalidades que imprimiam o boletim FBI, a Frente Armada (então super-representada em Alger), as organizações "de luta armada" que flirtavam com a Frente Armada, e finalmente, os "independentes", isto é, o resto. O editorial do número 3 continha já uma advertência a estas concepções:

"... todo intento de reduzir as tarefas políticas da luta contra a ditadura, contra o imperialismo, pelo socialismo, às necessidades imediatas e às perspectivas a curto prazo dos grupos de guerrilha urbana constitui um retrocesso. Do ponto de vista da luta pela unificação da esquerda, tal tentativa seria mais uma mobilização dos já mobilizados e manteria a desmobilização dos não-mobilizados".

O editorial do número 3, discutido no período setembro-outubro 70, foi publicado em novembro do mesmo ano. Em dezembro saía o número 4. Nele consubstanciou-se a ruptura entre a maioria e a minoria, ligada à Var-Palmares e ao POC. A minoria recusou-se a aceitar o princípio de que os editoriais seriam discutidos e após serem aprovados, seriam publicados como tais (isto é, como editoriais exprimindo o ponto de vista do Coletivo). A minoria recusou a regra da maioria e pretendeu alterá-la, em proveito próprio, instituindo a regra da unanimidade. O que equivaleria a dar direito de veto ao grupo minoritário. Esta visão era coerente com a concepção frentista da minoria, e esta teve razão em dizer que DEBATE tinha evoluído, que já não era mais órgão de frente. Mas a maioria teve mil vezes mais razão em exigir que DEBATE avançasse, que defendesse com consequência as posições que haviam já se tornado consenso majoritário. Abdicar disto no momento em que as organizações militaristas faziam larga propaganda de suas próprias concepções (o que evidentemente era e é direito inalienável de qualquer formação política séria) seria fazer um hara-kiri político.

A cisão tornou-se pois inevitável e veio consubstanciada no número 4. O editorial "Pela reorganização da FBI em Paris" definiu a concepção de unidade de ação como mobilização pela base, que mais tarde seria retomada no documento Plataforma política e normas estatutárias, em torno do qual se organizou, durante o primeiro semestre de 71, a FBI-Paris. No mesmo número, um dos camaradas que deixavam DEBATE explicou suas posições e o coletivo replicou justificando as suas.

A fase que se abriu então foi a da consolidação de DEBATE como um círculo marxista na emigração. Do número 5 ao número 7 perseguiu-se o objetivo de delinear uma análise da sociedade brasileira, como primeiro momento de uma contribuição à elaboração de um programa marxista da Revolução Brasileira. Bastante positivo na medida em que despertou o interesse de um número maior de companheiros pela elaboração teórica, contribuindo para elevar o nível da luta ideológica, este projeto esbarrou numa limitação que o coletivo de Paris bem definiu em sua carta de 5/V/72 ao atual coletivo de Santiago;

"Quando da discussão para planificar o número 8 decidimos que não seriamos mais editoriais tipo número 5, 6 e 7. Sempre que um esforço de inovar teoricamente, como é o caso de tais editoriais, se consubstanciasse num texto, ele deveria ser publicado como artigo... Porque mesmo que não encontremos objeções sobre tal ou qual questão, na maioria das vezes é porque não estamos suficientemente "por dentro" para julgar as idéias novas..."

Na mesma carta o coletivo-de-Paris definia sua nova concepção do papel dos editoriais:

"um editorial deve responder às necessidades imediatas inclusive de uma determinada prática, tratar de questões que efetivamente influenciarão a atividade de um certo número de militantes. Para isso é preciso que fazemos os editoriais não em fuga de nossa evolução no plano teórico e em seguida nos precipitemos a publicá-la em nome de todos, mas (para responder)... às questões presentes".

A diversidade de origem dos militantes de DEBATE e o próprio desenvolvimento da publicação enquanto órgão teórico-político, combinado ao aglutinamento de novos grupos de companheiros que progressivamente se reconheceram nos princípios, métodos e tarefas que propunha o coletivo-Debate, colocaram na ordem do dia a questão da definição de nossa plataforma política. A despeito de haver entre todos os companheiros uma convergência apreciável nestes aspectos, a problemática do marxismo e da Revolução no Brasil é tão complexa e tão ampla que já a preparação e encaminhamento do processo de elaboração coletiva da plataforma política se afigura demorado e difícil. Não se trata apenas de encaminhamento, no entanto. O conteúdo da plataforma política, a natureza organizativa do Círculo-DEBATE, as formas e métodos com que deve ser conduzido o processo de reagrupamento partidário dos comunistas do Brasil e o papel que neste processo se propõe a desempenhar o nosso coletivo devem ser definidos de maneira rigorosa e fundamentada no plano teórico, conseqüente e suficiente no plano político, correta e objetiva no plano organizatório. Devemos neste sentido evitar o duplo perigo do sectarismo baluartista e do ecletismo frentista. Cumpre pois definirmo-nos em torno das questões principais que hoje devem ser resolvidas para que amanhã possamos avançar e resolver outras questões, mais avançadas e mais complexas. Em outros termos, cabe decidir: (1) em torno do que temos que articular nossa unidade- e no caso de não conseguirmos unir-se em torno destes pontos mais vale nos separarmos e (2) quais as questões que embora importantes de um ponto de vista histórico-universal, não são decisivas para nós em nossa situação histórico-concreta, e que portanto não devem impedir nossa unidade mesmo que sobre elas não possamos agora nos por de acordo de maneira séria, conseqüente e responsável, seja porque não nos deparamos com elas em nossa atividade política direta, seja porque dévergimos efetivamente a seu respeito.

São estes os principais elementos do desenvolvimento político de DEBATE. Constituímos hoje um Coletivo de marxistas, unidos em torno de nossa publicação (à que agora se acrescenta o órgão em espanhol TEORIA Y PRACTICA), implantados essencialmente no exterior e na emigração (embora não desdenhemos nenhuma possibilidade de nos organizarmos no Brasil e malgrado a limitação de nossas forças estamos há tempo já dando os primeiros passos neste sentido). A maioria de nossos militantes e aderentes, se origina das camadas médias da população, sendo alguns de origem proletária. Desenvolvemos nossa militância revolucionária no período das lutas de 61-64 (no caso dos camaradas mais veteranos), de 65-69 (caso da maioria dos camaradas), havendo mesmo entre nós alguns companheiros que des-pertaram para a luta revolucionária no ocaso da "euforia armada" (são obviamente os companheiros mais jovens). Alguns de nós militaram no PCB -quando este era a única organização política dos operários comunistas do Brasil-; os demais vieram das diversas organizações constituídas nos anos 60, oriundas ou não do PCB, e que são chamadas por alguns de "esquerda revolucionária". Quanto a nós, na medida em que elas não deram a prova, nem teórica nem prática, de seu caráter revolucionário, preferimos designá-la pela expressão cronológica e descritiva de "nova esquerda", em oposição à esquerda de antes do golpe de 64.

Temos todos nossa parte de responsabilidade no desvio militarista que dominou a luta revolucionária nos últimos quatro anos e encontramos nossa unidade principalmente na auto-crítica desta prática não-marxista e na determinação de lutar contra o militarismo, no mesmo processo em que buscávamos contribuir para a formulação de um programa e de uma tática marxistas para a Revolução Brasileira.

A crítica ao militarismo concebida como luta ideológica pela hegemonia das posições proletárias e marxistas em nosso movimento revolucionário e como processo auto-crítico visando a produzir a análise concreta da situação concreta em que se engendraram nossos erros ao mesmo tempo que cimentou nossa unidade, cobrou-nos diante de tarefas mais complexas e mais avançadas, entre as quais a de contribuir para o que consideramos nossa principal tarefa organizatória no período atual, a saber a reunificação dos marxistas-leninistas do Brasil num único PARTIDO COMUNISTA, concebido como o destacamento mais avançado do movimento operário e revolucionário no Brasil. Não separamos esta tarefa, objetivo específico dos revolucionários marxistas-leninistas, das duas outras que definimos acima como constituindo objetivos principais de todos os revolucionários: contribuir para a ligação dos militantes à luta espontânea das bases sociais da Revolução e desenvolver com consequência a luta ideológica. Estas três tarefas são rigorosamente interdependentes e o desenvolvimento de uma cria condições para o desenvolvimento das demais, do mesmo modo que o não-cumprimento de uma bloqueia o cumprimento das demais. Assim por exemplo a luta ideológica se transforma, quando ligada à luta pela reunificação dos marxistas-leninistas num só Partido Comunista, em trabalho teórico coletivo visando à elaboração de uma análise científica da sociedade brasileira, de uma teoria do desenvolvimento das contradições do capitalismo em nosso país, da avaliação da correlação de forças entre as diferentes classes da sociedade e em especial da correlação global de forças entre as classes contra-revolucionárias e as classes revolucionárias, etc. O resultado deste trabalho teórico -no qual os marxistas-leninistas atuam como um intelectual coletivo- permite, sempre que ligado à experiência concreta das bases sociais da Revolução, a definição rigorosa dos aliados do proletariado, do programa marxista-revolucionário, dos métodos de luta que conduzem à acumulação de forças, da tática para o momento atual, das palavras de ordem centrais de propaganda, de agitação, de organização.

Tal é a perspectiva geral em que se insere nosso trabalho enquanto círculo de comunistas do Brasil. Temo-nos articulado em torno de um órgão central -DEBATE- (complementado agora por TEORIA Y PRACTICA), mas em função da própria discussão que pudemos organizar através destas publicações, da troca de experiências que decorre da participação num mesmo organismo de militantes de diferentes origens político-partidárias, do esforço que empreenderam no sentido de homogeneizar suas concepções e posições políticas por meio de uma atividade militante regular e consequente, somos hoje levados a nos colocar objetivos mais avançados, e isto no interior de um processo muito mais largo de reconstituição de nosso movimento revolucionário, de retomada de movimentações -ainda que parciais e limitadas- das bases sociais da Revolução, de intensificação e aprofundamento do debate ideológico entre os revolucionários e de desenvolvimento da luta teórica e política dos marxistas-leninistas do Brasil. O primeiro destes objetivos mais avançados, condição de todos os demais, é a definição de uma plataforma política comum a todos os nossos militantes e aderentes, elaborada através de larga e metódica discussão, e que constitua uma síntese não somente de nosso próprio desenvolvimento em todos os níveis de atuação, mas o resultado de uma clarificação das verdadeiras divergências no interior do movimento revolucionário, do aprofundamento do debate ideológico e do trabalho teórico em vista da formulação do programa marxista da Revolução brasileira. A elaboração desta plataforma permitirá determinarmos o terreno e o nível em que nos situamos relativamente às demais forças políticas de nosso movimento comunista e revolucionário, contribuindo assim para o rompimento da política de círculos, para a reunificação dos marxistas-leninistas num único Partido Comunista e para a unidade da esquerda na luta contra a ditadura e contra o imperialismo, que abrirá os rumos do socialismo em nosso país.

Para evitar trilhar novamente, na formulação de nossa plataforma, caminhos que outros seguiram sem chegar muito longe, isto é, para tentar aprender, também no campo teórico, com nossos próprios erros e com os erros alheios, não encaramos a formulação do conteúdo de nossa plataforma como uma espécie de pequeno tratado em que nos contentemos em dizer o que pensamos de cada uma das questões que tradicionalmente se propõem resolver os incontáveis programas existentes. Em outros termos, não encaramos o enunciado de nossa plataforma como a lista de nossas certezas subjetivas a respeito da sociedade e da revolução brasileiras.

Com efeito, a primeira questão a que deve responder uma Plataforma política é justamente a de saber quais as questões que deve responder. É notória a existência de alguns problemas em torno dos quais se divide nossa esquerda e em particular nosso movimento revolucionário. Ainda que consideremos que tais problemas -ao menos na forma em que são habitualmente discutidos- são relativamente artificiais, temos a obrigação de examiná-los, ao menos com o objetivo de mostrar porquê ou em que sentido não são eles os verdadeiros problemas. Ao mesmo tempo, trataremos de determinar como os problemas verdadeiros se manifestam na medida em que se desmistificam os falsos problemas -e as falsas soluções- que a eles correspondem.

No essencial, as questões artificiais e os falsos problemas se agrupam em torno de três temas que indiscutivelmente concentram o essencial do debate teórico e político em nosso movimento revolucionário : a questão do caráter da revolução, o problema do investimento e acumulação das forças revolucionárias e a questão da tática do proletariado na luta contra a autocracia militar a serviço dos monopólios.

III- O caráter da sociedade e o programa marxista da revolução

Seria inútil fazer aqui o inventário dos inúmeros programas revolucionários existentes em nosso movimento socialista e das diversas doutrinas sobre o caráter da sociedade em que eles se fundamentam. O que cabe constatar é que são contraditórios uns com os outros embora se apresentem todos dotados de geométrica -e estéril- coerência interna. É que na ausência de análises sérias sobre as forças das classes e suas experiências históricas, sobre o desenvolvimento das contradições do capitalismo no Brasil, sobre o sistema político atual, etc., as teorias e os programas limitam-se a deduzir de algumas teses transformadas em axiomas uma série de consequências cujo único fundamento é o fato de decorrerem destes axiomas. O resultado é que, se deixarmos de lado as doutrinas grosseiramente inconsequentes e incoerentes, haverá tantas teorias quantos forem os tipos de revolução formalmente concebíveis. Por isso mesmo defrontamo-nos, ao consultar nossa literatura revolucionária, com uma variedade de sistemas de estrutura geométrica que "demonstram" o caráter ainda burguês ou já perfeitamente proletário de nossa revolução, passando por todas as etapas possíveis ou meramente imagináveis : libertação nacional, etapa nacional e democrática, democrático-popular, popular ou proletária com programa de transição (governo operário camponês, dos trabalhadores, ditadura do proletariado).

A polêmica que os partidários de cada uma destas doutrinas trava com os defensores das demais também não vai além de um diálogo de geometras surdos. Adjetivos como "reformistas", "revisionistas", "pacifistas", "imobilistas", "militaristas", "stalinistas", "trotskystas" e outros são utilizados indiscriminadamente, como injúrias e não como resultados de análises rigorosas e convincentes. A monótona conclusão auto-justificativa de que a própria doutrina se situa a igual distância do oportunismo e do dogmatismo, dos desvios de direita e de esquerda é o corolário natural destes discursos pré-marxistas que fazem nosso movimento revolucionário regredir, no plano teórico, às querelas teológicas de eras passadas.

Longe de nós no entanto o negativismo simplista de achar que estamos num deserto absoluto de idéias, que é preciso tudo recomeçar da "estaca zero". Ao contrário, começamos esta Plataforma (§1) assinalando que um importante processo de discussão e de clarificação política se desenvolve atualmente na esquerda brasileira. Ao mesmo tempo, recusamos o ingênuo baluartismo de tantas camaradas da "nova esquerda" que pensam que a luta de classes no Brasil começou com eles. Mesmo no terreno da teoria, existe uma importante elaboração que não

poderia ser desconhecida, quaisquer que sejam as reservas e divergências que possamos opor a seu respeito. A dificuldade reside em que esta elaboração constitui frente às necessidades da teoria revolucionária, um material a ser reelaborado, uma matéria prima a ser trabalhada, um resultado a ser criticado de maneira construtiva. Por isso mesmo as respostas que podemos encontrar em nossa literatura marxista aos problemas com que hoje nos defrontamos não podem ser transpostas ou "aplicadas" imediatamente. Tomemos como exemplo a questão das relações de produção em nossa agricultura. São elas predominantemente capitalistas ou pré-capitalistas? A. Passos Guimarães, N. Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e tantos outros tentaram dar uma resposta marxista a esta questão. Basta bom senso - e uma leitura atenta das obras em questão - para perceber ao mesmo tempo que nenhuma delas tem uma resposta plenamente satisfatória para a compreensão da natureza de nosso setor agrário mas que todas elas são importantes para possamos chegar a esta compreensão.

Se muito da complicação e das estêreis polêmicas em torno do caráter da revolução se originam das vicissitudes do movimento operário e comunista internacional (a problemática do caráter da revolução adquiriu importância na Rússia justamente porque ela era um país atrasado em relação à Europa ocidental e que aquilo que parecia óbvio na França ou na Alemanha, isto é, que a próxima revolução seria proletária e socialista, não o era na Rússia, onde a burguesia ainda não tinha feito a sua revolução política), de suas divisões e de seus desvios, é evidente que a questão decisiva, do ponto de vista do marxismo e do leninismo, é a da análise da formação social brasileira e que o "critério de verdade" desta análise é o movimento objetivo da luta de classes, o processo histórico-concreto do desenvolvimento das contradições do capitalismo, a prática social de cada uma das classes, de suas camadas, setores, frações e grupos de pressão.

O caráter "geométrico" das diferentes doutrinas existentes em nosso movimento revolucionário e comunista transparece justamente quando se confrontam suas conclusões com o movimento real do processo histórico. É neste nível - do qual depende a formulação de um justo programa e de uma tática correta para o movimento operário e revolucionário - que se verifica a impotência teórica de toda nossa esquerda, isto é, tanto da "esquerda tradicional" quanto da "nova esquerda". Em peso ela esperava a crise econômica para os anos 68-72; em peso ela afirmava a inevitabilidade de uma crise política maior a curto prazo; em peso ela confundiu a recessão de 64-66 com o começo do apocalipse do regime. Claro que hoje, diante do desmentido que os fatos trouxeram a suas crenças, modificam-se alguns axiomas, introduzem-se alguns teoremas complementares, modificando-se assim o sistema como um todo, introduzindo-se assim um novo sistema, igualmente fadado a ir correndo atrás dos fatos, num autêntico reboquismo teórico que nenhuma prática vanguardista poderia remediar. Não é só o confronto entre as idéias de nossa esquerda sobre a realidade de nosso país e o que nele aconteceu efetivamente que manifesta a impotência de nossas pretensas teorias revolucionárias. É também sua olímpica indiferença frente às manifestações concretas das diferentes forças políticas que compõem o "quadro vivo da sociedade" e que incluem tanto a luta de frações no seio do próprio regime (rivalidade entre "castelistas", situacionistas, "albuquerqueistas" - em busca de um novo e mais consistente Albuquerque - etc.) quanto a luta entre a burguesia militarista e a burguesia republicana, e a luta entre todas as classes e camadas vítimas dos monopólios e a burguesia monopolista. Uma "teoria revolucionária" que não se materializa em análises concretas de situações concretas, que não permita compreender a natureza da expansão recente do capitalismo monopolista em nosso país e o papel que nesta expansão desempenha o setor público da economia (o capitalismo de Estado numa sociedade sob hegemonia do capitalismo monopolista), que não mostre o significado de fenômenos políticos e ideológicos como o do aparecimento de semanários tipo Fato Novo (já desaparecido) ou Politika e o recente Opinião, ou o que quer Pedro Aleixo com sua "campanha" pelo PDR, que não tenha uma apreciação fundamentada e documentada a respeito da atual situação de nosso movimento operário, a respeito da sindicali-

zação rural em curso, que invoque camadas e frações de classe (como a "burguesia que não exerce monopólio") sem mostrar-lhe a base econômica e os representantes políticos, são "teorias" que servem essencialmente para dar a seus defensores uma falsa impressão de conhecimento, mas que perpetuam o "modo geométrico" de raciocínio vigente em nossa esquerda.

Se à luz destas considerações nos interrogarmos sobre a tão discutida questão do caráter de nossa sociedade e de nossa revolução, poderemos, não "resolvê-la" com uma fórmula mais hábil ou mais eclética que todas as precedentes sobre o mesmo problema e que vão desde a revolução burguesa de conteúdo nacional e democrático até a ditadura do proletariado para amanhã, mas colocá-la corretamente e fundamentar rigorosamente aquilo que de indiscutível podemos desde logo avançar.

O caráter da revolução se determina pelo caráter da sociedade. Esta determinação é somente, no entanto, a mais geral e corresponde globalmente às "condições objetivas" da revolução. Neste nível de generalidade não há sombra de dúvida sobre o caráter capitalista de nossa sociedade e sobre o caráter socialista de nossa revolução. No Brasil a Indústria domina a Agricultura e as relações capitalistas de produção dominam as relações pré-capitalistas de produção. Os principais ramos da Indústria estão dominados pelo capital monopolista cujo processo de reprodução ampliada domina o conjunto do processo produtivo em nosso país. Duas são as doutrinas que buscam negar este fato, ou melhor, que sem negá-lo frontalmente buscam impedir que dele se tire a conclusão lógica que tiramos. A primeira é a velha tese "semi-feudal" com duas variantes principais: a variante pseudo-marxista em realidade materialista vulgar e evolucionista, que vê a classe dos latifundiários, aliada ao imperialismo (entendido este como uma força de ocupação estrangeira) como classe dominante e dirigente do Estado e da sociedade, a burguesia brasileira podendo ser interpretada seja como associada a este bloco dominante, seja como classe oprimida por ele (a burguesia monopolista, essencialmente dominada pelo capital estrangeiro, seria associada e a burguesia não-monopolista seria oprimida). Um corolário desta doutrina é a idéia de que esta dominação latifundiária-imperialista entrava e bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas. A segunda variante é a tese marcadamente reformista da "dualidade estrutural" de nossa sociedade, opondo o Brasil industrial ao Brasil agrário. A maioria dos defensores desta concepção não se pretende marxista, razão pela qual caberia mais discuti-la em conjunto com as demais doutrinas da Economia Política burguesa contemporânea. Tal discussão escapa inteiramente dos propósitos da presente Plataforma. Por isso contentar-nos-emos somente com notar que ela exprime o ponto de vista burguês-reformista ou mesmo pequeno-burguês nacional-democrático que reduz as tarefas da "revolução" à correção das "distorções" de nosso desenvolvimento capitalista e que propugna, nesta medida, as tarefas que se realizadas, transformariam nosso país numa sociedade burguesa...sem distorções (salvo a exploração do homem pelo homem). Entre estas tarefas estaria a nacionalização da terra (que como notou Marx no Capital, seria a solução mais completa que a burguesia daria à questão da propriedade agrária), o fortalecimento ainda mais marcado do setor público da economia, o restabelecimento das instituições republicanas, a autonomia para os sindicatos, entendidos como representantes dos assalariados nas negociações com os patrões, etc., e uma política externa independente, tal como já foi defendida pelos dois últimos governos da República burguesa de 46 (Janio Quadros e João Goulart). É óbvio pois que há muitas "tarefas burguesas" a realizar em nosso país. É óbvio que para aqueles que veem na dominação latifundiária e externa e no caráter dual de nossa sociedade o principal problema a ser resolvido, o conteúdo da revolução é mesmo burguês, isto é, "nacional e democrático".

No entanto, a rejeição destas concepções e a afirmação do caráter capitalista de nossa sociedade e do caráter socialista de nossa revolução não nos impede de recusar da maneira a mais categórica o confucionismo de um outro tipo

de doutrina pseudo-marxista, caracterizado por negar de maneira abstrata e anti-histórica a própria problemática da revolução burguesa em nosso país. O fundamento "teórico" deste outro tipo de pseudo-marxismo é a confusão entre o caráter mercantil da grande plantação e a natureza das relações de produção sobre cuja base se assentava a grande plantação e o sistema colonial em seu conjunto. Usando a noção de "integração" num sentido estranho ao marxismo, isto é, não no sentido de unidade de contrários, mas no sentido da sociologia burguesa, de absorção num mesmo mecanismo de processos até então separados, certos sociólogos "de esquerda", liderados por A. Gunder Frank, pensaram poder inferir o caráter capitalista de nossa economia desde a época colonial do fato de estar ela "integrada" desde o início - desde Pedro Alvares Cabral e o ciclo do pau-brasil - no mercado mundial capitalista. Esta doutrina, que faz do mercado a categoria essencial da Economia Política e reduz o processo de formação histórica de nossa sociedade ao mecanismo simplista dito de "polarização metrópole/satélite", desemboca num ecleticismo onde as idéias da ideologia "desenvolvimentista" (por exemplo na linha da CEPAL) se contrabandeam para o terreno do marxismo. Noções como o "sub-imperialismo", o modo de produção sub-desenvolvido ou dependente, etc., se substituíram à análise do desenvolvimento do capitalismo em nosso país, das características específicas de nossa revolução burguesa (cujo traço essencial é a hegemonia dos interesses industriais sobre os interesses agrários, dos interesses ligados à Acumulação do Capital sobre os interesses ligados à Renda da Terra) nas condições da dominação imperialista, isto é, numa situação em que nossa burguesia partia de uma base material atrasada diante da burguesia monopolista dos países capitalistas dominantes, e sobretudo, do desenvolvimento histórico desta revolução burguesa, através das fases mais importantes que atravessou: a revolução de 1930, a República de 1946 e a transformação autocrática e monopolista da hegemonia burguesa com o golpe militar de 1964. Restabelecer o ponto de vista marxista e leninista sobre esta problemática, determinar a dialética da revolução democrática e da revolução burguesa, a partir da tese de que o caráter mais ou menos democrático da revolução burguesa depende da maior ou menor participação do povo (fundamentalmente, do proletariado e do campesinato) na transformação capitalista da sociedade, tal é a linha de trabalho que permitirá compreender as raízes do até agora estéril, embora prolixo, debate em torno do caráter de nossa revolução e apontar o rumo de sua solução.

Lênin, é sabido, pronunciou-se em várias ocasiões sobre esta questão. Seria impossível resumir numa só fórmula todas suas intervenções, sobretudo porque se fizeram em contextos distintos. Mas é certo que as passagens seguintes exprimem os elementos que via como essenciais no problema:

"A passagem do poder de uma classe para outra é o caráter primeiro, principal, fundamental de uma revolução, tanto no sentido estritamente científico quanto no sentido político e prático da palavra" (Cartas sobre a tática, Obras, tomo 24, p.34)

"O grau de desenvolvimento econômico da Rússia (condição objetiva) e o grau de consciência e de organização das grandes massas do proletariado (condição subjetiva indissoluvelmente ligada à condição objetiva) tornam impossível a emancipação imediata e total da classe operária. Só as pessoas mais ignoras podem ignorar o caráter burguês da revolução democrática em curso; só os otimistas os mais ingênuos podem esquecer que a massa dos operários só sabe por enquanto poucas coisas a respeito dos objetivos do socialismo e dos meios de realizá-lo" (Lenin, Duas táticas da social-democracia na revolução democrática, Obras, vol.9, p.23).

O confronto destes dois textos de Lênin conduz-nos à raiz da longa polémica que se trava no interior da esquerda brasileira a respeito do caráter de nossa revolução. O reconhecimento do caráter capitalista de nossa economia e do caráter monopolista de nosso capitalismo implica não somente no reconhecimento do caráter hegemônico da burguesia monopolista (exercendo o poder político através de um regime específico de autocracia militar) mas igualmente o caráter dominante da classe burguesa em seu conjunto. Já os Documentos e Resoluções da Conferência Estadual de São Paulo, do PCB, em 1967, criticando as teses do C.C., insistiam em que "a alta burguesia...determina a posição de classe da burguesia, pois como ensina o marxismo, a posição de uma classe é marcada pela posição do grupo dominante desta classe" (ver DEBATE-8, p.11). Portanto, quaisquer que sejam as divergências e contradições entre a camada dirigente -a burguesia monopolista- e a camada dirigida -a burguesia não-monopolista- da classe dominante, e entre suas diferentes frações e tendências (militaristas e republicanos, chauvinistas e pró-yankees, livre-cambistas e protecionistas, liberais e estatizantes, etc.), "a passagem do poder de uma classe para outra", "caráter primeiro, principal, fundamental de uma revolução", será no Brasil a passagem do poder burguês ao poder proletário.

No entanto, é igualmente inegável que "o grau de consciência e de organização das grandes massas do proletariado (condição subjetiva indissolúvelmente ligada à condição objetiva) tornam impossível a emancipação imediata e total da classe operária". Realmente, é preciso ser um otimista bastante ingênuo para não ver que também no Brasil de hoje "a massa dos operários só sabe por enquanto poucas coisas a respeito dos objetivos do socialismo e dos meios de realizá-lo".

Se interpretássemos mecanicamente a afirmação de Lênin de que a condição objetiva e a condição subjetiva estão "indissolúvelmente ligadas" teríamos a maior dificuldade em entender porque o desenvolvimento do capitalismo não desenvolveu paralelamente e nas mesmas proporções a consciência socialista e o nível de organização do movimento operário. E seríamos levados, para não contradizer a letra do texto citado, a afirmar ou que o capitalismo não se desenvolveu ainda suficientemente, ou que em princípio, tendo ele se desenvolvido, a condição subjetiva já deveria existir, e só não se manifesta concretamente por culpa da direção "reformista", "revisionista" ou "stalinista" do movimento operário. A "solução" no primeiro caso seria de direita e no segundo "de esquerda"; no primeiro se tenta negar a existência da condição objetiva para assim explicar a inexistência da condição subjetiva; no segundo se tenta mostrar que a rigor a condição subjetiva já existe para assim explicar a existência da condição objetiva. Nos dois casos, o equívoco e o dogmatismo são os mesmos. Na realidade, o ponto de vista materialista-dialético sobre a questão consiste em reconhecer que a "ligação indissolúvel" entre a condição objetiva e a condição subjetiva podem tanto se exprimir sob a forma de uma correspondência quanto sob a forma de uma contradição entre ambas. O problema consiste então em determinar concretamente o caráter e o conteúdo desta contradição no caso de nosso país. Sem esquecer que o desvio de direita, que absolutiza a condição objetiva, conduz ao espontaneísmo (para que um Partido revolucionário se o desenvolvimento do capitalismo engendra a condição subjetiva do socialismo?) e que o desvio "de esquerda" leva ao subjetivismo e ao idealismo (para que analisar a realidade, levar em conta a correlação de forças entre as classes sociais, etc.); se tudo se resolve ao nível da "vanguarda"? exatamente porque absolutiza a condição subjetiva.

Fundamentalmente, a contradição entre a existência da condição objetiva e a inexistência da condição subjetiva para o socialismo no

Brasil decorre do caráter não-revolucionário que assumiu em nosso país a transformação burguesa da sociedade. Donde a importância, que já assinalamos, de uma justa apreciação sobre a natureza desta transformação. Nos Estados Unidos a contradição entre a grande plantação e a indústria conduziu a um enfrentamento decisivo pela via armada, como resultado do qual o capitalismo industrial impôs sua hegemonia sobre a sociedade e sobre o Estado. Ao mesmo tempo, fortaleceu-se a posição do campesinato livre (que transfigurado na imagem do "cow-boy" passou a ser o portador mítico das "virtudes" burguesas) e propiciou-se uma larga base de expansão para as relações de produção capitalistas. Estas transformações, ainda em plena metade do século passado, constituem um dos "segredos" da ulterior prosperidade norte-americana e do papel hegemônico que viria a desempenhar no interior do sistema imperialista internacional. No Brasil, a contradição entre os que queriam perpetuar a "vocaçãõ essencialmente agrícola" do país e os que queriam industrializá-lo, entre os que utilizavam principalmente o monopólio da terra para explorar o trabalho dos parceiros e colonos e os que utilizavam a propriedade privada dos meios de produção sociais para explorar o trabalho dos operários, nunca se manifestou sob a forma de um antagonismo aberto, através do qual a burguesia industrial, defendendo uma plataforma democrática coerente, chamasse para o seu lado todas as classes e camadas interessadas numa expansão larga e equilibrada das forças produtivas sociais. O que ocorreu, ao contrário, foi que em cada período onde se agravavam os problemas econômicos e a expansão capitalista se defrontava com o duplo bloqueio do monopólio latifundiário da terra e da dominação imperialista, onde se intensificavam as lutas sociais e políticas, produzia-se uma recomposição de forças no interior das classes dominantes, no sentido da reorganização do sistema produtivo e do aparelho de Estado, tendo como resultado o restabelecimento sobre bases distintas do sistema anterior de dominação de classe.

O Brasil conheceu em 1930 uma crise revolucionária sem solução revolucionária. De um lado, não se pode afirmar que a Aliança Liberal, vitoriosa pela via armada constituia o partido da burguesia industrial. (A luta pelo poder de Estado não se configurava claramente como oposição entre a Agricultura e a Indústria). Mas é inegável, de outro lado, que o resultado global dos movimentos e transformações sociais e políticas dos anos 20 e 30, especialmente do período 30-35, tenha sido a reforma do aparelho de Estado, que deixou de ser o instrumento exclusivo de dominação da oligarquia fundiária (liderada pelos plantadores de café de São Paulo através do sistema político conhecido como a "política dos governadores") para tornar-se um instrumento de partilha do poder entre a oligarquia fundiária e a burguesia industrial. É de notar que malgrado o caráter "pluriclassista" do getulismo, os elementos principais desta "reforma do Estado" favoreciam essencialmente a burguesia: a constituição de um capitalismo de Estado e em geral o fortalecimento do setor público da economia criavam condições (compensando a fraqueza da burguesia nacional frente à burguesia monopolista internacional) para uma posterior expansão do capitalismo em nosso país, e a centralização do aparelho de Estado limitava a importância do poder local e regional dos donos da terra, golpeando seriamente seu poder político em escala nacional. O aparecimento, sobre esta base, da forma específica de direção burguesa do movimento operário que se costuma designar pela expressão "populismo", veio possibilitar, exatamente na medida em que soube se antecipar às reivindicações operárias, concedendo-lhes "do alto" aquilo que os trabalhadores não tinham podido conquistar por sua própria luta, um quadro mais amplo de colaboração de classe: a aliança reformadora composta pela fração das classes dominantes que derrubara a "República Velha" veio se acrescentar, como massa de manobra, a vasta parcela do proletariado para a qual Vargas simbolizava a

defesa intransigente dos interesses nacionais, a garantia do salário mínimo, da estabilidade na empresa, da sindicalização, da previdência social e de outras ambíguas vantagens que de qualquer modo tinham um caráter palpável, concreto, imediato. O resultado histórico do getulismo, em que pesem suas viradas à esquerda de 44-45, 53-54 e 63-64 (neste último período o movimento tendo já se cindido entre a esquerda brizolista e o centro janguista) foi o bloqueio da luta pela organização independente da classe operária e a subordinação, não apenas política e ideológica, mas inclusive organizatória, do movimento sindical ao Estado burguês.

Quando, em 1964, as forças mais reacionárias das classes dominantes, apoiadas pelo imperialismo norte-americano, puseram fim à frente pluriclassista-populista na qual se fundamentava o getulismo, ou melhor, seus herdeiros políticos, o movimento operário viu-se na incapacidade de responder de maneira suficientemente combativa à arremetida dos monopólios e do regime político por eles instituído, a autocracia militar. Se em termos de todo um período histórico é correto considerar que a transformação autocrática do regime burguês, liquidando a fração populista da burguesia e impondo à classe operária e ao conjunto do povo um despotismo cuja violência reacionária deixa longe para trás os períodos mais negros de nossa história moderna, liquidou também a influência burguesa (getulista) sobre o proletariado, criando um "vácuo" ideológico que os revolucionários e especialmente os comunistas podem e devem preencher, não é menos verdade que a curto prazo a derrota do populismo -e de seu aliado, o PCB- desarmou o proletariado inclusive no terreno da luta reivindicatória. O caráter não-revolucionário da transformação burguesa da sociedade manifestou-se, em todas as suas consequências, com o golpe de 64 e com o regime de autocracia militar-burguesa a que deu lugar. Foi em 64, com efeito que se afirmou plenamente a hegemonia burguesa sobre a sociedade e sobre o Estado. Mas ela se afirmou num momento em que o capitalismo já atingira, em nossa economia considerada como um todo, sua fase monopolista. O pluriclassismo populista repousava sobre a partilha do poder entre a burguesia e a oligarquia fundiária e justamente por supor a colaboração entre classes cujos interesses nem sempre eram coerentes, necessitava recorrer continuamente a negociações, arranjos e compromissos entre elas, ditados pela conjuntura econômica e política. Globalmente, era a burguesia em seu conjunto quem mais se favorecia com esta colaboração de classes, na exata medida em que o curso principal de nosso movimento histórico era determinado pela expansão do capitalismo. Mas as condições mesmas em que se efetua-va esta expansão colocaram-na diante do impasse que finalmente se resolveu, no proveito dos monopólios, através do golpe de 64 e do regime de autocracia militar que dele se originou. Estas condições são no essencial : (a) a transformação monopolista supunha, no caso de um país capitalista atrasado como o Brasil que se importasse parcela considerável dos meios de produção necessários à ampliação do aparelho produtivo e à reprodução ampliada do processo de produção capitalista e (b) favorecimento, por esta razão, da penetração dos grupos monopolistas internacionais em nossa indústria de transformação. Para manter o ritmo de expansão econômica era necessário realizar importantes investimentos ao nível da infraestrutura do aparelho produtivo (produção de energia, sistema de transportes e comunicações, etc.), instalar novos ramos industriais complexos (petroquímica), assegurar um constante afluxo de capitais (através de uma elevada taxa de lucro e de juro, que supunha também -embora não exclusivamente, como pensam os esquerdistas- uma elevada taxa de mais valia), salvaguardar a "credibilidade" de nosso sistema financeiro -garantindo com medidas como o combate à inflação a conversibilidade da moeda nacional, etc. Medidas todas que supunham um "governo forte", uma "democracia dirigida", como dizem certos sicofantes a serviço da ditadura, isto é, o arrocho salarial, a repressão anti-operária e a

subordinação do conjunto da vida econômica e social do país à lógica da acumulação monopolista. Porisso mesmo a plena afirmação da hegemonia burguesa em nosso país só teve lugar num momento em que o capitalismo já havia atingido no Brasil sua etapa monopolista. Porisso também esta hegemonia afirmou-se politicamente através de um regime de autocracia militar.

O erro mais profundo daqueles que reduziram o significado do golpe de 1964 à reação do latifúndio e do imperialismo (concebido unilateralmente como dominação estrangeira) foi não compreender que o que se preparava, com a vitória das forças golpistas, não era uma volta pura e simples ao passado agro-exportador, à "vocaçao essencialmente agrária" de nosso país; não era a conservação estática do caráter "neo-colonial" de nossa economia e de nossa sociedade, mas sobretudo a última etapa da transformação burguesa do Brasil: sua transformação monopolista. Tanto os doutrinários do PCB quanto os da esquerda cristã e do "nacionalismo revolucionário" brizolista estavam convencidos de que a ditadura militar instaurada em 1964 levaria o país à estagnação econômica, ao completo bloqueio do crescimento das forças produtivas sociais, à liquidação do setor estatal da economia, etc. Na base deste grave erro de apreciação estava a idéia de que em última análise o Brasil não sofria por causa do capitalismo, mas por causa da falta de capitalismo e que, dados o caráter historicamente progressista da burguesia nacional e o caráter burguês da "revolução nacional-democrática" preconizada pelo PCB, o golpe de Estado que derrubou João Goulart, aboliu a república de 1946, liquidou as (limitadas) conquistas democráticas do movimento operário e popular, só podia ser um golpe contra a burguesia (nacional).

Para a profunda decepção daqueles que haviam transformado o marxismo em evolucionismo vulgar, o que se verificou, no entanto, como resultado do golpe, foi um surto importante de desenvolvimento de desenvolvimento do capitalismo monopolista apoiado no terrorismo policial-militar executado metodicamente por um punhado de generais fantasiados de salvadores do Ocidente. Evidentemente, a política econômica aplicada pela autocracia militar a serviço dos monopólios supunha intensa concentração do processo produtivo, estímulos redobrados às inversões de grupos financeiros internacionais, sobretudo yankees, modificação da política tributária e creditícia em detrimento da pequena e média burguesias, e outras medidas que evidentemente ~~descontentaram~~ descontentaram numerosos setores da burguesia não-monopolista e das camadas médias da população. Mas este descontentamento foi largamente abafado pela expansão econômica que permitiu inclusive a setores da média burguesia compelidos a sair da esfera da produção tornarem-se médios acionistas das grandes empresas monopolistas.

É inegável no entanto que o desenvolvimento do capitalismo monopolista tal como se verificou a partir de 1964, pelo fato mesmo de se apoiar na derrota do programa nacionalista e democrático da burguesia populista, incorporou e reproduziu os elementos pré-capitalistas e capitalistas não-desenvolvidos característicos de uma sociedade onde a transformação burguesa não apresentara caráter democrático. Em especial, a concentração da propriedade da terra, com os modos específicos de exploração do trabalho que implica (dos "moradores", colonos, parceiros, etc. com a conseqüente polarização de classes no campo (opondo uma massa de camponeses pobres, semi-proletários e proletários agrícolas a uma infima minoria de latifundiários e grandes capitalistas do campo) constitui a um tempo a herança histórica do escravismo e da atrofia da pequena e média propriedade camponesa e a forma específica através da qual se articulam a produção agrária e a produção industrial no interior do processo geral

de reprodução capitalista, de acumulação monopolista.

Mas é sobretudo no fato de que a classe operária e os trabalhadores assalariados em geral não dispõem, em nosso país, de organizações sindicais independentes, que se manifesta o caráter não-democrático da transformação burguesa da sociedade brasileira. Por isso mesmo a luta pela organização independente do proletariado e de todos os trabalhadores da cidade e do campo é a grande tarefa democrática do momento e ela constitui uma condição necessária para a derrubada da ditadura militar e uma das premissas históricas da revolução socialista em nosso país. A luta contra a ditadura parte por conseguinte da situação efetiva de nosso movimento operário e de nosso movimento camponês: ela parte portanto da luta pela democracia, que, do ponto de vista proletário, não se reduz à conquista de algumas liberdades jurídicas tais como o "habeas-corpus", a liberdade de imprensa, a supressão do Ato 5, não se contenta de um hipotético retorno às instituições republicanas definidas pela Constituição de 1946 -inclusive porque mantendo a vigência do sindicalismo de Estado codificado na Consolidação das Leis do Trabalho, esta Constituição negava ao proletariado a possibilidade jurídica de se organizar com independência-. A democracia dizia Lênin, é a classe operária e o campesinato. A luta pela democracia é a luta de classe que trava o proletariado aliado ao campesinato e a todas as camadas oprimidas pelos monopólios e por seu regime de autocracia militar.

O caráter objetivamente socialista da revolução está materializado no caráter monopolista de nossa economia. O caráter democrático de nosso programa marxista exprime no entanto a persistência, ao longo do desenvolvimento do capitalismo em nosso país, e notadamente no regime de autocracia militar a serviço dos monopólios, de algumas das tarefas essenciais da revolução democrática: a reforma agrária radical, conformemente à consigna "a terra a quem a trabalha", a inteira liberdade de organização do proletariado enquanto classe, e em geral a aplicação em todos os domínios da vida social do princípio de que todo poder emana do povo e de que aqueles que o exercem são seus mandatários. A realização destas tarefas históricas não supõe apenas a derrubada da atual ditadura militar, já que por si só o restabelecimento das instituições jurídicas da república burguesa (em bases semelhantes às que caracterizaram o sistema político de 1946-1964) não implica na conquista da democracia. Pode no máximo abrir caminho para ela. É evidente no entanto que nossa experiência histórica mostrou (em 1946, em 1952-1954, em 1961-1964) que a cada vez que a república burguesa assegurava um mínimo de liberdades políticas para o povo, produzia-se uma quase imediata mobilização em torno de palavras de ordem de democracia revolucionária ou ao menos de reformas radicais. A evolução do nacional-populismo, de Vargas a Brizola, foi neste sentido bastante significativa. Como também o foi o fato de que os partidos políticos da burguesia monopolista ligada ao imperialismo yankee -sobretudo a UDN- nunca conseguiram derrotar, no terreno eleitoral, os partidos populistas, e isto malgrado sua influência sobre as camadas médias urbanas (não apenas na Guanabara, através de Carlos Lacerda, mas também em São Paulo). É de resto manifesto que as liberdades republicanas foram suprimidas em 1964 -e ainda mais categoricamente em 1968- justamente porque tornavam possível a auto-determinação das massas populares no terreno da luta política de classes. A questão de fundo está pois em que nas condições específicas em que se efetua a transformação monopolista de nossa economia, com extremada polarização de classes e marcada deterioração das condições de existência e de trabalho das grandes massas populares, a burguesia monopolista só mantém sua dominação sobre a sociedade através do terrorismo de Estado, do despotismo de uniforme, da supressão das liberdades públicas, inclusive para a massa

de sua própria base social : os setores da burguesia média e das modernas camadas intermediárias da população urbana que de um jeito ou de outro se beneficiaram com a recente expansão dos monopólios e que constituem "grosso modo" os 10% que se apoderam de quase toda a renda nacional (ou melhor, de quase toda a parte da renda nacional que não sai do país sob forma de dividendos, lucros, juros, royalties, fretes, e outras tantas formas de exploração a que os monopólios internacionais submetem nossa economia). A derrubada do regime de autocracia militar aparece pois como o prelúdio da derrubada da burguesia monopolista e da supressão dos vínculos que subordinam nosso país aos interesses do sistema imperialista internacional. Evidentemente, só um "futurólogo" poderia excluir "a priori" a hipótese de que num processo de lutas políticas intensas, de exacerbadas contradições de classe, de dificuldades crescentes para os monopólios, de ampliação da revolta popular contra a tirania de um punhado de generais, de pânico no interior das diferentes frações, camadas e tendências das classes dominantes, uma oposição burguesa à autocracia militar tente reconciliar a dominação do Capital com a sociedade brasileira através de um programa de reformas e de concessões mais ou menos substanciais às classes populares, seja no terreno econômico, seja no terreno das liberdades políticas. Por isso mesmo distinguimos, ao nível programático, a forma autocrática do conteúdo monopolista do regime social do Brasil atual. No entanto a supressão desta forma por outra, que comporte liberdades públicas e individuais, embora implique em modificações na tática do proletariado (que por exemplo poderá ampliar sua organização, sua agitação e sua propaganda legais) não alteraria a linha principal do programa : por uma democracia revolucionária abrindo a via ao socialismo.

Afirmamos pois o caráter proletário-socialista de nossa revolução, proletário pela classe à qual cabe historicamente abolir a dominação burguesa, socialista pelo conteúdo da transformação que imprimirá à sociedade saída das entranhas do capitalismo. Não subestimamos as forças da burguesia, e por isso mesmo não excluímos, como fazem os esquerdistas doutrinários, qualquer possibilidade de reforma burguesa da sociedade e do Estado atuais. Mas nos opomos aos direitistas que consideram que esta reforma é uma fatalidade histórica, uma "etapa" suplementar na história do desenvolvimento capitalista do Brasil. O proletariado formula seu programa e sua tática, isto é, exprime de maneira coerente e sistemática suas aspirações e objetivos e os meios para realizá-los. Compreende que na situação atual todos os seus esforços, e os de seus aliados devem se concentrar na derrubada da ditadura. Mas não visa a derrubar a ditadura para substituí-la por um regime liberal onde os monopólios mantenham sua dominação. Constata simplesmente que a dominação dos monopólios sem terrorismo policial-militar é preferível à dominação dos monopólios com terrorismo policial-militar e por isso mesmo vê como positiva qualquer medida (suspensão da tortura aos presos e suspeitos políticos, revogação do Ato 5, abolição do controle policial-militar sobre os sindicatos) que paralize, ou ao menos diminua a repressão criminosa da ditadura militar a serviço dos monopólios. É evidente no entanto que ao apoiar medidas positivas desta ordem, o proletariado não abdica nem recua um milímetro sequer de seus objetivos de classe : justamente, só as considera positivas na medida em que abram caminho (ainda que esta "abertura" seja uma brecha mínima na fortaleza reacionária) para a democracia. Ora, a democracia, é a aliança operário-camponesa sobre a base de um programa anti-monopolista, e a luta pela democracia se apresenta como processo ininterrompido de luta de classe contra a autocracia militar, contra os monopólios e portanto contra o imperialismo. Seu primeiro objetivo é a derrubada do regime de autocracia militar e por isso mesmo o programa unitário que o proletariado deve apresentar hoje a todos os democratas só será correto se corresponder às aspirações de todos os inimigos da ditadura e se for capaz de lançá-los todos no assalto ao regime. Neste assalto é que se há de forjar a consciência e a organização de que necessita nossa classe o-

perária para realizar a transformação socialista do Brasil.

A conquista da democracia enquanto realização do programa unitário significará a supressão dos entraves que hoje impedem a auto-determinação do proletariado enquanto classe (sua organização independente) e a formação de uma consciência socialista ao nível das grandes massas dos trabalhadores. Consubstanciando as consignas que tornarão realidade a democracia em nosso país, o programa de democracia revolucionária que devem defender os marxistas-leninistas do Brasil incluirá, ao lado dos objetivos especificamente proletários, as reivindicações fundamentais de todas as demais classes e camadas sociais explorados e oprimidas pelo regime de autocracia militar a serviço dos monopólios. Antes de mais nada, a reivindicação mínima do restabelecimento das liberdades públicas e direitos individuais reconhecidos pela república burguesa. Mas já deixamos claro que esta reivindicação constitui tão somente uma pré-condição da vitória da democracia, sendo perfeitamente possível que setores da burguesia monopolista, inclusive com beneplácito do imperialismo norte-americano, busquem no restabelecimento do "estado de direito" a solução para uma crise do regime de autocracia militar. Porisso mesmo é necessário deixar bem claro que, como o mostra o exemplo de 1967-1968, uma tentativa de "abertura política" por parte dos homens no poder intensificará a luta de classes e colocará na ordem do dia a alternativa retorno do despotismo militar/vitória da democracia revolucionária. Esta só se tornará realidade com a auto-determinação do proletariado, com a aplicação no campo da consigna "a terra a quem a trabalha", com as medidas que arrancarem aos monopólios o domínio da produção.

IV- Investimento e acumulação das forças da Revolução

O programa não é no entanto um compêndio de idéias sobre nossa sociedade e nossa Revolução, mas um guia para a ação. Assim como a contradição entre o caráter cada vez mais social de nossas forças produtivas e o caráter capitalista de nossas relações de produção não implica automaticamente na existência da consciência e organização proletárias capazes de resolvê-la -assumindo a direção da sociedade e colocando a serviço dela as forças de produção que hoje servem à acumulação monopolista, do mesmo modo a definição marxista do programa unitário de democracia revolucionária abrindo a via ao socialismo não resolve por si só as grandes questões da luta revolucionária no Brasil atual : como reorganizar nossas forças? como retomar a ofensiva? como derrubar o regime de autocracia militar a serviço dos monopólios?

É sabido que na "nova esquerda" se produziu uma polarização entre dois tipos de "radicalismo". O "radicalismo" doutrinário dos que viam na "estratégia socialista" a última palavra em matéria de revolução, e o "radicalismo" tático dos que viam nas ações armadas a expressão absoluta da política revolucionária. Por ser um "radicalismo" prático, este último passou rapidamente pela dura prova dos fatos e se arrebentou de encontro ao dispositivo de repressão do regime de autocracia militar a serviço dos monopólios. Já o primeiro, por se mover no terreno mais confortável das idéias puras, tem mostrado maior capacidade de sobrevivência. Pesa sobre ele a responsabilidade intelectual da grande confusão criada em torno da questão do caráter de nossa revolução e da natureza do programa marxista e da tática do proletariado na luta contra o despotismo militar e contra os homens do Capital. Para esta tendência doutrinária "de esquerda", o programa marxista se restringe, no essencial, ao enunciado do caráter capitalista de nossa sociedade e do caráter socialista de nossa revolução. Numa atitude típica do amadorismo intelectual "de esquerda", inferiam diretamente do caráter objetivamente socialista de nossa revolução um programa e uma estratégia socialistas, que nada mais faziam senão repetir, numa cópia infinitamente inferior ao original, as idéias que Marx

e Engels deixaram expressas há cinco quartos de século no Manifesto Comunista. É evidente que estas idéias constituem os princípios de base de qualquer programa comunista em qualquer situação. Seria no entanto impossível elaborar uma linha política revolucionária se todos os pretensos marxistas se contentassem em glosar -sem talento- a obra dos fundadores do socialismo científico.

O programa só adquire caráter determinado (isto é, só se torna a expressão política da transformação real de uma situação concreta) quando, fundamentado na análise concreta de uma sociedade específica, avalia, a partir do ponto de vista revolucionário do proletariado, as forças e os objetivos das diferentes classes, camadas e setores da população. Só nestas condições estará relacionado o objetivo programático com os meios táticos de atingi-lo. Não os relacionará no entanto de qualquer maneira, isto é, não suporá que quaisquer meios podem servir a um determinado objetivo. A dialética é permanente entre meio e fim, entre tática e programa, entre forma de luta e conteúdo social. Assim por exemplo na concepção militarista de que a revolução "se faz" através de um grupo de homens armados separados das massas está implícita uma concepção do socialismo "edificado" sem participação nem iniciativa das massas. De maneira análoga, os que reduzem o programa à afirmação genérica do caráter capitalista da sociedade e do caráter socialista da revolução são singularmente importantes para definir uma tática capaz de ligar suas elocubrações ao processo e ao movimento reais da luta de classes. O desvio na tática deforma o programa, a abstração no programa castra a tática.

A diferença entre os doutrinários "de esquerda" que inferem do caráter socialista da revolução a "estratégia socialista" e os que, a partir de uma análise marxista e leninista de nossa sociedade e da correlação de forças entre a Revolução e a Contra-Revolução, defendem um programa de democracia revolucionária abrindo a via ao socialismo tem implicações extremamente importantes, a tal ponto que se pode falar em concepções incompatíveis sobre a sociedade e sobre a Revolução. Distinguímos com efeito três níveis principais de desenvolvimento de uma teoria revolucionária: (a) o do investimento das forças da Revolução; (b) o da acumulação de forças ao longo da luta revolucionária; (c) o dos objetivos específicos a cada situação, que constituem o desdobramento concreto do processo da revolução socialista-proletária em direção ao socialismo e ao comunismo. Cada um destes três "níveis" está articulado aos demais, de maneira a que a determinação de cada um dependa da determinação dos outros. No §1 da presente Plataforma caracterizamos o "nível" (a) como dispersão de forças, fraccionamento do movimento comunista e revolucionário, política de círculos obstaculizando o espírito de partido, etc. O "nível" (b) se caracteriza pela derrota do radicalismo de classe média, pela dispersão das lutas proletárias, que não dispõem sequer de uma organização sindical independente, pela ausência de um poderoso movimento camponês (embora a mobilização espontânea dos camponeses pobres e sem terra do Nordeste em 1970-1971, e as atuais lutas camponesas no Norte tenham constituído e constituam um sinal bastante claro do aprofundamento da luta de classes no campo) e em geral pela persistência do período de ausência das lutas diretas de massa em escala apreciável. O "nível" (c) portanto determinando-se pelos "níveis" (a) e (b) deve exprimir objetivos ao alcance das bases sociais da Revolução e das forças revolucionárias organizadas. Uma vez atingidos, estes objetivos, permitindo nova acumulação de forças, abrirão caminho para objetivos mais vastos, dentro da luta pela democracia revolucionária. Assim pois, a caracterização atual do "nível" (c) consiste em determinar no interior do programa de democracia revolucionária abrindo a via ao socialismo as reivindicações mais elementares correspondentes à atual correlação de forças e repre-

sentando o primeiro passo no sentido da recomposição e acumulação das forças revolucionárias em nosso país. A determinação destas reivindicações mais elementares, destes primeiros passos, na luta pela democracia revolucionária, se fará mais adiante no 5º e último § da presente Plataforma. Mas do anteriormente exposto resulta claro que este programa de reivindicações mínimas deve conter, além das reivindicações econômicas básicas dos trabalhadores da cidade e do campo, a exigência daquelas liberdades públicas e garantias individuais e coletivas a que aspira a esmagadora maioria do povo brasileiro. Não é nossa função procurar esmiuçá-las aqui : cada classe social, cada região do país, cada coletividade, cada setor do movimento de massas as exprime com sua própria linguagem e à sua maneira. Seria substituir-se à dinâmica de massas e cair no subjetivismo, pretender fixá-las de uma vez por todas e independentemente da iniciativa das massas. Não é esta a função dos comunistas, mas de indicar, a partir da análise da situação e da síntese da experiência das lutas populares, as palavras de ordem centrais. É o que procuraremos fazer após expor nossa concepção sobre o investimento e a acumulação das forças revolucionárias. Por ora nossa questão é pois a de saber como reorganizar os militantes revolucionários, especialmente os comunistas e como recompor as forças motrizes da Revolução.

A acumulação de forças é o resultado de um correto investimento de forças. Para os marxistas-leninistas, acumular forças significa incorporar à luta revolucionária massas crescentes das classes revolucionárias e notadamente do proletariado. As forças da Revolução se acumulam ao longo do processo concreto da luta de classes, isto é, num processo de enfrentamento de forças contraditórias. Toda acumulação de forças exprime o avanço de uma classe ou de um bloco de classes no interior da correlação global de forças existente numa sociedade determinada.

Típica do vanguardismo militarista é a idéia, profundamente anti-marxista e anti-leninista, de que o processo de acumulação de forças da Revolução consiste, no essencial, no fortalecimento militar da "vanguarda" e no correlativo -e extremamente hipotético- enfraquecimento da "repressão", através do "desgaste" e "fustigamento" a que seria submetida pelos comandos de ação urbana. Hoje, quando está mais do que materializada a derrota da guerrilha urbana -tal como se desenvolveu em nosso país de 1968 a 1972- uma parcela ainda considerável de militantes e de formações políticas que de uma maneira ou de outra se deixaram levar pelas ilusões da "euforia armada", mas que hoje buscam trilhar, com maior ou menor consequência, o caminho da auto-crítica, hesitam, neste caminho, e se perguntam se negar a guerrilha urbana não levaria a negar a luta armada e se negar a luta armada não levaria ao pacifismo, ao oportunismo, à colaboração de classe, à passividade diante da ditadura, diante do despotismo militar a serviço dos monopólios. É tempo de esclarecer de uma vez por todas, primeiro no terreno dos princípios, em seguida no da tática, o significado da violência revolucionária e da luta armada na concepção marxista e leninista da sociedade e da história. Toda e qualquer dominação de classe é violenta. A dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os produtores, a dominação do Estado, instrumento das classes exploradoras, sobre as classes exploradas, constituem a realidade quotidiana da sociedade dividida em classes de interesses antagônicos. As relações sociais, as relações entre os homens através do processo de reprodução da vida material são relações de "dominação e servidão", para retomar a expressão de Marx. Mas esta é uma característica comum a todas as sociedades de classe e seria fazer prova de imenso simplismo querer inferir daí uma "estratégia" revolucionária para uma sociedade concreta num momento determinado de seu desenvolvimento histórico. Quando passamos, com efeito, das teses gerais do materialismo histórico à análise concreta de uma situação concreta, o que devemos fazer é de -terminar como a classe exploradora exerce sua dominação (sua violência)

sobre as classes exploradas. Em outros termos, cabe-nos indicar as formas históricas determinadas em que se manifesta a relação de "dominação e de servidão" em nossa sociedade. Acreditamos ter formulado o essencial desta questão no § anterior : a dominação burguesa (e portanto a servidão do trabalho assalariado) se manifesta em nosso país através de um regime de autocracia militar a serviço dos monopólios que é ele próprio o resultado do caráter não-democrático da transformação burguesa da sociedade brasileira. Ora, uma coisa é compreender -e desmascarar- a violência que está por trás de toda dominação de classe e que encontra sua expressão organizada no Estado. Outra é determinar a correlação concreta de forças entre as diferentes classes sociais e a forma como ela se expressa no poder de Estado. O processo de proletarização, isto é, o processo que separa o trabalhador das condições de reproduzir sua vida material constitui a forma geral de violência em que se fundamentam as relações capitalistas de produção. Por mais radical que seja uma revolução democrática, se seu caráter é burguês, isto é, se a principal tarefa histórica que realiza é a supressão das barreiras que entravavam o pleno desenvolvimento das relações capitalistas de produção, ela outra coisa não fará senão consolidar e estender a toda a sociedade a violência de base que despoja o trabalhador dos meios de reproduzir sua vida material. Mas é evidente que a correlação de forças entre o proletariado, o campesinato, as camadas médias urbanas, a burguesia e os grandes proprietários da terra, as forças próprias, as experiências e tradições de cada uma destas classes determinam uma forma específica de organização do poder de Estado, de exercício do poder político, de direção da sociedade que definem o curso concreto da luta de classes e do movimento histórico da sociedade considerada. Conclusão : o caráter capitalista de uma sociedade e a violência que implica enquanto tal (a transformação do produtor em proletário, em puro vendedor de sua força de trabalho) não explicam por elas mesmas a natureza do regime político e da organização do Estado. Não explicam por exemplo porque algumas sociedades capitalistas apresentam -em diferentes graus- um regime de relativa democracia política, enquanto outros só sobrevivem recorrendo a um regime de autocracia política, como foi o caso do nazi-fascismo e como é o caso dos regimes de autocracia militar. É no terreno da luta de classes que as classes dominadas conseguem impor às classes dominantes um regime de democracia política. A supressão deste regime e sua substituição por regimes autocráticos é sempre o resultado de uma derrota das classes dominadas numa situação de crise nacional. Significa que a classe dominante não mais consegue exercer o poder de Estado com o apoio ou ao menos a anuência passiva de setores importantes das classes dominadas. Mas significa também que estas não conseguiram impedir que lhes fossem arrancados os direitos elementares à organização independente, à defesa de suas condições de vida e de trabalho, etc. O nazismo, o fascismo e as formas contemporâneas de autocracia militar-burguesa exprimem pois uma dupla fraqueza política: fraqueza dos fortes (da classe dominante, que não se mantém no poder sem o despotismo militar, sem o terrorismo policial) e fraqueza dos fracos (que suportam o despotismo militar e o terrorismo policial).

O fato de que a dominação do Capital apareça diretamente como violência, que o poder de Estado não se fundamente em nenhuma forma regular de expressão da vontade coletiva, mas numa pura relação de força, constitui a manifestação mais clara da contradição entre burguesia e democracia. Por isso mesmo a democracia aparece como uma conquista das classes dominadas, como expressão de um determinado equilíbrio de forças entre exploradores e explorados, entre a minoria que se beneficia e a maioria que sofre com a concentração monopolista da produção. Em termos de acumulação de forças, a conquista da democracia constitui pois, no Brasil de hoje, o processo no qual o proletariado e seus aliados passam da inferioridade ao equilíbrio de forças frente à burguesia.

sia monopolista. O caráter violento da luta pela democracia decorre, em nosso país, do caráter autocrático e militar da dominação de classe da burguesia monopolista. Aqui se situa um dos erros fundamentais do esquerdismo militarista. Marighella por exemplo, embora tendo reconhecido, corretamente, que não eram os revolucionários que escolhiam a violência, mas que ela era imposta pela ditadura militar instaurada pelo golpe de 1964, tirou a conclusão absurda de que justamente porque a ditadura era implacável na repressão das forças da Revolução, e que estas eram bastante reduzidas, o método revolucionário consistia em recorrer desde logo às formas as mais violentas de luta, em enfrentar o aparelho policial-militar do regime na base da "potência de fogo", e que era este o caminho da acumulação de forças da Revolução e de enfraquecimento de forças do regime de ditadura militar. Porque o inimigo era forte e nós fracos, devíamos atacá-lo imediatamente. Este absurdo -que lembra muito a idéia cristã da redenção pelo martírio- parecia lógico a todos aqueles que levados por uma visão simplista da dinâmica da Revolução Cubana consideravam que só -ou principalmente- as ações armadas conduzem à acumulação de forças. No programa de dezembro 1968 da VPR-1 esta concepção pretendia justificar-se teoricamente através da tese abstrata e dogmática de que enquanto o imperialismo esteve dividido (isto é, até o término da II Guerra Mundial) o proletariado podia "armar-se por vias não armadas", mas que com a "unificação" do sistema imperialista, sob hegemonia yankee, a luta política do proletariado tinha desde logo de combinar-se com a luta armada: doravante o proletariado só poderia "armar-se por vias armadas". A ALN exprimiu com mais simplicidade o mesmo axioma, de que sem luta armada não haveria acumulação de forças, através de fórmulas que fizeram grande sucesso na época em que foram lançadas: "a ação faz a organização" e "ação é guerrilha". Quem tem olhos para ver sabe que a luta armada dos pequenos comandos urbanos longe de enfraquecer a ditadura militar e aumentar as forças da Revolução, dizimou a estas ao mesmo tempo que aumentava a arrogante impunidade dos torturadores e outros esbirros do regime de autocracia militar a serviço dos monopólios.

Porisso mesmo recolhemos hoje, com a lembrança dos companheiros mortos pela causa do povo, esta herança de um movimento revolucionário disperso e desfalcado, e que nos cabe recompor peça por peça, a começar da estrutura organizat6ria clandestina, sem a qual é impossível desenvolver a resistência revolucionária ao regime de autocracia militar a serviço dos monopólios. Neste sentido, qualquer polêmica sobre a oportunidade ou inoportunidade de "dar seqüência à luta armada", qualquer projeto de reformar o "nosso movimento de luta armada", padece de um certo bizantinismo. Sabemos todos que o despotismo militar a serviço dos monopólios só entende a linguagem da força, só recua diante de uma força maior. Mas hoje nossas forças são incomparavelmente menores que as da ditadura. Hoje nosso problema maior é recompo-las, e aumentá-las. Iremos recompo-las e aumentá-las retomando as ações de comandos urbanos, mesmo que estes se subordinem a uma direção política central e que seus membros tenham passado por uma "escola de quadros" onde lhes tenham sido ministrados os rudimentos do materialismo histórico e da teoria leninista da organização revolucionária? A atitude de um revolucionário hoje, e sobretudo de um comunista, é de partindo de uma apreciação verdadeira das forças de que dispomos efetivamente e sem se perder na descrição, às vezes mirabolante e sempre subjetivista, das formas de luta futuras (guerrilhas estratégicas ou táticas, partidos de tipo velho ou novo, combinações múltiplas de ações armadas com lutas de massa, destacamentos de propaganda armada armados ou desarmados, etc.), estudar, discutir e pronunciar-se com clareza e sem ambiguidades "centristas" sobre o investimento imediato das forças disponíveis.

Todo revolucionário sério está de acordo em que, nas condições

atuais a organização revolucionária deve ser essencialmente clandestina por maior que seja a participação de seus militantes nas frentes de luta legal (sindicatos, universidades, publicações legais, eleições políticas locais, etc.). Mas no que ao trabalho clandestino se refere, colocam-se desde logo alternativas extremamente claras: ou aplicamos o essencial de nosso esforço na criação das condições necessárias à propaganda e à agitação - e antes de mais nada à criação de um órgão político central, ou o aplicamos na execução de ações de expropriação, de atentados terroristas, na "preparação de guerrilhas", etc. É frente a esta alternativa que as posições conciliadoras e oportunistas no terreno organizatório se desmascaram facilmente. Quanto mais limitadas são as forças de que se dispõe, mais imperiosa é a necessidade de se definir com rigor os objetivos em vista dos quais elas devem ser investidas. Conhecendo a situação atual de nosso movimento revolucionário podemos levar a sério um grupo ou organização que se propõe desde já construir o partido revolucionário, levar adiante as ações armadas, por em movimento as massas, intensificar a luta ideológica, etc.? O mais provável é que querendo fazer tudo isso e mais alguma coisa não faça estritamente nada de útil e acrescente um fracasso a mais na lista já demasiado longa das derrotas dos últimos anos.

É pois da maneira a mais aberta e a mais consequente que o círculo DEBATE assume a posição que lhe dita a análise da experiência dos últimos anos e da situação atual. As operações dos pequenos grupos armados urbanos, inspiradas ou não em "dialéticas" da luta armada com a luta de massas, desgastam e desorganizam não as forças da ditadura, mas as forças da Revolução, e constituem portanto, nas condições atuais, uma arma inoportuna, inoperante e que desvia os combatentes mais ativos de suas tarefas verdadeiras. Todos os esforços dos revolucionários, e sobretudo dos comunistas, devem convergir no sentido da reconstituição de um sólido movimento clandestino capaz de assegurar as condições para um novo impulso das lutas de massa. Por isso mesmo desde o § 1 da presente Plataforma deixamos bem claras as três diretrizes fundamentais da ação dos comunistas: ligar-se às lutas espontâneas das massas, desenvolver com consequência a luta ideológica e bater-se pela reunificação de todos os marxistas-leninistas num único partido de vanguarda da classe operária. Cada uma destas três tarefas tomadas isoladamente e as três tomadas em conjunto supõem que cumpramos este requisito organizatório essencial, da construção, peça por peça, de um sólido aparelho organizatório clandestino sem o qual nunca escaparemos da atual alternativa: resignar-se a atuar desde o exílio ou virar uma vítima a mais no matadouro da ditadura.

O militarismo considerava que em toda parte as massas estavam prestes a se revoltar e só não o faziam porque lhes faltava "potência de fogo". Outras versões mais ecléticas do extremismo de classe média tinham menos esperanças insurrecionalistas, mas consideravam que ações de comando em fábricas, favelas, etc. poderiam ser altamente pedagógicas e estimulariam ações de massa. Partiam de uma determinada concepção da acumulação de forças e em função dela investiam suas forças. Não cabe aqui discutir quais as organizações que foram coerentes e quais as que foram inconsequentes com seus próprios postulados: este é um problema da história de nosso movimento revolucionário. O que importa notar é que nas organizações consequentes com elas mesmas, a maneira como investiam suas forças decorria da idéia que tinham sobre a acumulação de forças da Revolução. Quando se parte da idéia de que as massas estão prestes a se revoltar e que só lhes falta exemplo e potência de fogo, nada mais lógico que investir todos os recursos humanos e materiais com que se conta na multiplicação dos "grupos revolucionários armados". A ALN de Marighella foi neste sentido extremamen-

te coerente, no investimento de suas forças, com a idéia que tinha da dinâmica da acumulação de forças. Só que esta idéia era teoricamente errônea e anti-marxista e praticamente ilusória : a negação do partido e a concepção espontaneísta da insurreição sob forma de generalização da guerra de guerrilhas através da multiplicação de grupos revolucionários levou às derrotas que todos conhecemos.

Para nós, comunistas, acumulação de forças é antes de mais nada elevação do nível de consciência e de organização do movimento de massas. É em vistas deste objetivo que investiremos nossas forças. Hoje isto significa retomar, consolidar, aprofundar e estender os laços com as massas através da formação de núcleos comunistas junto às diferentes classes e camadas revolucionárias da população e notadamente junto aos operários, aos camponeses, o conjunto dos trabalhadores assalariados da cidade e do campo, os estudantes e a intelectualidade democrática. Inútil salientar que se trata de processo a longo termo e que nenhuma das formações políticas atuais poderá sozinha dar conta de um trabalho desta envergadura. É justamente por isso que definimos, ao lado da necessidade para todos os militantes revolucionários de se ligar à luta espontânea das massas, duas outras tarefas. Uma que vale para todos os revolucionários, que é a de desenvolver com consequência a luta ideológica. Não por um mero intuito intelectual de demonstrar que as concepções dos comunistas são teoricamente verdadeiras, mas sobretudo porque sem convencer parcela ponderável dos militantes revolucionários do acerto da via que propomos, não teremos reunido aquele mínimo de forças que investidas numa direção correta criarão condições para a retomada sobre novas bases da luta revolucionária contra o regime de autocracia militar a serviço dos monopólios. A outra grande tarefa, de reunificar todos os marxistas-leninistas num único Partido Comunista, constitui condição indispensável para assegurar a hegemonia proletária na revolução democrática abrindo a via ao socialismo.

V- A palavra de ordem central e a tática

Vivemos desde o fim de 1968 um já largo período de refluxo do movimento de massas. Mais precisamente, as lutas diretas de massa de 1968 constituíram um rápido fluxo entre dois longos refluxos : o que se seguiu ao golpe de Estado de 1964 e o que, após os intensos enfrentamentos de abril-maio, depois junho-julho 1968, tem durado até hoje. Não cabe no objetivo da presente Plataforma uma análise demorada das características do fluxo de 1968 nem das condições que o tornaram possível. Notemos simplesmente que ele resultou de um período de recomposição de forças que se estendeu de 1965 a 1967, tanto ao nível de massas (a "setembrada" de 1966, o MIA, etc.) quanto ao nível do movimento revolucionário (lutas internas, cisoões, reagrupamentos, primeiros passos no sentido de formação de uma "infraestrutura clandestina" para as ações de comandos urbanos, etc.). É quase desnecessário acrescentar que em 1965-1967 a recomposição de forças e reorganização do movimento revolucionário se produziu em torno do desencadeamento da luta armada sob forma de ações de pequenos grupos urbanos -com o projeto, nunca realizado, de passar à guerrilha rural- e implicou na negação das concepções de Marx e de Lênin sobre a organização e a luta política revolucionária.

A noção de "refluxo" do movimento de massas é relativa. Há refluxo em relação a um fluxo anterior e/ou posterior. Em termos absolutos, a situação do proletariado e de seus aliados se caracteriza pela ausência de lutas diretas de massa em escala apreciável. A luta de classes apresenta caráter meramente econômico e se desenvolve de maneira dispersa, parcial, descontínua e esporádica. No entanto, é muito diferente uma situação de refluxo propriamente dito (isto é, de baixa das

lutas) de uma situação de recomposição de forças e de retomada, globalmente crescente, do enfrentamento de classes. Neste sentido, os dois anos que se seguiram ao golpe de Estado de março-abril 1964 constituíram um período de refluxo propriamente dito, ao passo que de fins de 1965 ou início de 1966 até 1968 o que houve foi um processo de recomposição de forças e de progressiva retomada da luta política de massas.

Muitas vezes empregamos noções mecânicas para descrever processos dialéticos. Sacrificamos o rigor à clareza e à simplicidade na expressão. Este procedimento pode ser correto ou ao menos justificável quando o que se visa de imediato é a eficácia prática de uma idéia ou proposta política. É importante no entanto que o feitiço não vire contra o feiticeiro e que a simplificação momentânea não se converta subrepticamente em forma simplista de conceber a realidade social. É o que pode ocorrer com as noções que estamos utilizando para determinar a atual correlação de forças entre as classes sociais e a dinâmica do processo de acumulação de forças em vista da retomada das lutas diretas de massa. Ao comparar o período 1964-1965 ao período 1969-1971 (dois períodos de refluxo), o período de 1965-1967 ao período que se abre em 1971-1972 (recomposição de forças) e ao caracterizar tanto a situação existente de 1964 ao início de 1968 quanto a que vem do fim de 1968 até agora pela ausência de luta diretas de massa em escala apreciável não queremos dar a entender que a história se repete, que reproduz ciclos iguais de fluxo-refluxo, etc. Ou melhor, os ciclos e repetições existem e mostram que o avanço do processo histórico não é linear, que comporta recuos e períodos mais ou menos longos de estagnação. No entanto, nenhum ciclo é pura repetição do anterior, nenhum fluxo do movimento de massas idêntico ao fluxo que o precedeu. Na História, o repouso é relativo e o movimento absoluto. Por isso mesmo, o ciclo aberto em 1971, de reorganização e recomposição de forças da Revolução não é idêntico ao de 1965-1967, embora coloque, numa situação distinta, problemas do mesmo tipo. Com efeito, os problemas essenciais da retomada da luta revolucionária contra o regime militar a serviço dos monopólios, do reencontro do movimento comunista e das lutas de massa, da aliança revolucionária do proletariado e do campesinato, das formas de organização clandestinas e de sua articulação com as frentes de massa e com as formas de luta legais, colocam-se hoje com a mesma atualidade com que há oito anos atrás, quando, passada a vaga repressiva que acompanhou o golpe de 1964, as forças revolucionárias e democráticas em geral iniciaram o processo de reaglutinação e de retomada das lutas. Mas contrariamente ao período 1965-1967, o ciclo reorganização/recomposição de forças revolucionárias se efetua em torno do marxismo, do aprofundamento da luta ideológica, da reunificação dos marxistas-leninistas num único Partido Comunista, etc. O próprio fato de que se "recomeça" o ciclo reorganização/recomposição de forças mostra que o processo iniciado em 1965-1967 conduziu a um impasse, após o avanço de 1968 e a ilusória "euforia armada" de 1968-1970. Claro no entanto que este impasse não é o mesmo que o de 1964, quando toda uma geração de militantes revolucionários se sentiu frustrada pela facilidade da vitória reacionária e pela incapacidade dos nacionalistas de esquerda, dos democratas e dos comunistas em organizar a resistência ao golpe e à Ditadura. De 1965 a 1971 esta geração fez sua própria experiência, que embora tenha terminado por uma derrota, pode ser premissa de um real avanço no futuro. Porque malgrado o número impressionante de companheiros valerosos caídos nos últimos anos -dos quais o mínimo que se pode dizer é que não será fácil substituí-los- aqueles que passaram por esta prova e aprenderam com seus erros constituem um núcleo valioso de mili -

tantes do qual dependerá em boa parte, no futuro próximo, o ritmo, o alcance e a solidez da reorganização do nosso movimento revolucionário. Tudo depende de como for conduzido o processo em curso de autocrítica, reorganização e recomposição de forças.

A discussão sobre o correto investimento de nossas forças, as perspectivas de acumulação de forças, a execução dos três objetivos prioritários definidos no §1 e estudados no §4 da presente Plataforma não dependem somente da iniciativa dos revolucionários e sobretudo dos comunistas, mas do curso objetivo da luta de classes. Posto que vivemos desde o fim de 1968 um período de ausência de lutas diretas de massa em escala apreciável (embora desde 1971 se venham notando sinais de retomada das lutas de massa e que as lutas camponesas no Nordeste em 1970-1971 e no Norte especialmente a partir de 1971 constituam importantes excessões), a questão se coloca de saber até que ponto é possível contar, na formulação de nossa tática e de nossa palavra de ordem central, com a esperada retomada das lutas de massa. Desde logo cabe deixar bem claro que a situação atual, tal como a caracterizamos no § 4, ("nível" (a) caracterizado pelo fraccionamento do movimento comunista e revolucionário, "nível" (b) pela dispersão das lutas proletárias) só será plenamente superada quando se produzir um novo fluxo do movimento de massas, quando a luta direta de massas voltar a ser o dado determinante da situação política nacional. Reconhecer esta limitação objetiva do movimento revolucionário no Brasil, reconhecer que os marxistas-leninistas não podem se substituir à luta de massas e que portanto o ritmo do processo de reorganização de nosso movimento, de reunificação dos comunistas dependerá também de um fator que não está sob controle direto de ninguém, posto que constitui o movimento profundo da base mesma da sociedade, não significa auto-limitar as tarefas que desde logo se colocam para todos os revolucionários e especialmente para os comunistas e que sintetizamos em nossas tres diretrizes principais para todos os militantes que empreenderam o rumo da autocrítica. É à luz destas considerações que formulamos nossas proposições sobre a tática e a palavra de ordem central para o momento que vivemos.

A mobilização da classe operária, condição essencial da ação dos comunistas, supõe sólido acordo quanto ao conteúdo e às formas das lutas operárias. Nossa propaganda junto ao movimento operário deve ser resolutamente anti-capitalista, deve explicar incansavelmente aos trabalhadores assalariados a necessidade histórica do socialismo como única solução de fundo aos problemas de nossa sociedade e de nosso povo. No entanto, a propaganda socialista só é autenticamente revolucionária quando e na medida em que abre caminho para a compreensão da situação concreta, quando liga os grandes objetivos históricos do proletariado às tarefas essenciais do momento. Qualquer intelectual de esquerda com conhecimentos gerais sobre os clássicos do materialismo histórico pode falar aos operários sobre o socialismo, a ditadura do proletariado, os conselhos operários, etc. Mas só um revolucionário é capaz de transformar o conteúdo geral da propaganda socialista em programa de luta dos operários e de seus aliados. Porisso mesmo consideramos que o critério prático fundamental da justeza de nossa propaganda há de ser sua articulação com a agitação e com a organização das massas. A política operária revolucionária é precisamente a unidade da propaganda comunista com a agitação a mais larga e a mais decidida em torno das aspirações gerais dos trabalhadores assalariados, de seus problemas, de sua experiência e de suas lutas concretas. A propaganda que não se liga umbelicalmente à agitação é uma propaganda inadequada. É aqui sobretudo que se revela a miséria do dogmatismo "de esquerda", que encerrado na torre de marfim de sua "estratégia socia-

lista", é incapaz de sair dela, salvo para constatar que é necessário lutar contra o arrocho. Numa reedição nada original das velhas teses economicistas e mencheviques sobre o caráter político que assumiriam, na atual situação, as lutas econômicas, abdicam de uma plataforma política de luta pela democracia, para se acomodar com a morna espera do dia mágico em que os operários farão o milagre de saltar das lutas econômicas contra o arrocho à república dos soviets. O efeito prático deste doutrinário de "esquerda" é abandonar à burguesia liberal a direção da luta contra a autocracia militar. Mesmo o operário o mais atrasado ideologicamente sabe que o que o impede de lutar eficazmente contra o arrocho é o permanente terrorismo policial e militar que reina tanto nos sindicatos quanto nas fábricas e que não se pode lutar pela melhoria das condições de existência e de trabalho sem lutar contra o despotismo do uniforme. A luta contra o arrocho é uma luta econômica. Elevar o nível de consciência e de organização da classe operária é mostrar que defendendo seus interesses específicos ela defende também os interesses de todas as classes e camadas oprimidas pelo despotismo militar e pelos monopólios, e que portanto, assumindo a vanguarda da luta pela democracia ela terá a seu lado a imensa maioria da nação.

Constatamos hoje que o proletariado de nosso país não tem desempenhado, no processo histórico concreto, contrariamente ao que ocorre no Chile, na Argentina, na Bolívia, no Uruguai, o papel que corresponde à posição objetiva que ocupa na produção social. Podemos dizer neste sentido que a classe operária brasileira tem estado aquém de suas tarefas históricas. Não cairemos no infantilismo esquerdista de considerar que isto se explica pela "traição" dos dirigentes. É evidente a responsabilidade do PCB na derrota de 1964. Mas mais evidente ainda era a influência do petebismo, desde sua variante dita "fisiológica", constituída pelos trabalhistas de direita e pela burocracia sindical, até o nacionalismo revolucionário de Brizola. De resto, a relativa fraqueza de nosso movimento operário não se exprime somente pela alternativa "reformismo X revolução", tão cara a nossos doutrinários "de esquerda". O fato básico é que nosso proletariado não dispõe sequer de uma organização sindical independente para travar sua luta econômica. A tarefa elementar e imediata dos comunistas é impulsionar a independência organizatória da classe operária, sem a qual toda e qualquer elocubração sobre o curso futuro de nossa revolução proletária será mera futurologia.

O balanço das lutas da classe operária sob o regime de autocracia militar a serviço dos monopólios leva a concluir que o trabalho nas oposições sindicais foi positivo e que sem ele não teriam sido possíveis as mobilizações de 1968. Muito se tem escrito sobre as greves de Minas e de Osasco e as demais formas de luta operária de 1968. A opinião segundo a qual as greves e outras formas de luta de massa foram possíveis na medida em que os trabalhadores abandonaram o sindicato, ou porque havia "grupos armados" "protegendo" os grevistas são completamente falsas e se explicam pelo desígnio de deformar os fatos ou por completa ignorância deles. Mais recentemente surgiu uma interpretação "socialista de cátedra" segundo a qual a greve de Osasco teria demonstrado o fracasso do "sindicalismo paralelo", isto é, da tentativa de se criar, no interior do movimento sindical, uma oposição operária capaz de levar adiante a luta pela independência dos sindicatos em relação ao aparelho de Estado burguês. Do alto de seu pretencioso descompromisso com a luta dos trabalhadores, este "socialismo de cátedra" tenta dar novos argumentos às teses liquidacionistas "de esquerda", que em nome de formas superiores de organização do proletariado abdicam de lutar "onde estão as massas". Pois é sabido que no Brasil, os setores mais avançados da massa operária são, em

boa parte, sindicalizados. Na realidade as greves e outras lutas operárias de 1968 só ocorreram quando se combinaram dois fatores : (a) intensa luta ideológica e política nos sindicatos mais combativos, elevando o nível de consciência da massa sindical e criando condições para que os operários mais lutadores se puzessem à frente do movimento e (b) organização clandestina ou ao menos semi-legal ao nível da fábrica e complementarmente ao nível de associações locais. Onde faltou um destes dois elementos (e "a fortiori" onde faltaram os dois) não houve greve. Evidentemente, o fato de que os sindicatos constituíram um dos esteios do movimento de greve tornou este movimento extremamente vulnerável à intervenção policial-militar. Mas inferir daí, como fazem esquerdistas e "socialistas de cátedra" que toda e qualquer tentativa de lutar contra a burocracia sindical e o controle estatal dos sindicatos no interior do sindicalismo está irreversivelmente condenada ao malogro conduz ao liquidacionismo que apontamos. Com efeito, e é isto que distingue o militante revolucionário do intelectual "de esquerda", o problema é encontrar as formas de luta pelas quais deve passar o movimento operário em seu processo de recomposição de forças, e não de avaliar no abstrato quais são as formas mais ou menos "revolucionárias" de organização da classe operária.

Porisso, o trabalho político nos sindicatos, visando à luta de massas, quaisquer que sejam suas limitações, é hoje indispensável ao avanço de nosso movimento revolucionário e comunista. Lutar na oposição sindical visando à organização independente da classe operária, à melhoria substancial de suas condições de existência e de trabalho, sem abdicar um só instante da formação de núcleos de operários comunistas e revolucionários nas fábricas, esta parece-nos dever ser a orientação fundamental da ação de todos os militantes revolucionários e notadamente dos comunistas.

A reorganização do movimento estudantil -cujo avanço foi notável entre 1964 e 1968- será, e é efetivamente está sendo mais difícil do que o foi em 1965-1967. Ao auge de 1968 sucedeu-se um brusco refluxo, agravado pelo fato de que parte importante das direções estudantis formadas no período do avanço haviam se envolvido na resistência armada, e pagaram pesado tributo humano no período -ainda não inteiramente terminado- das operações de "tortura e aniquilamento" dos grupos de guerrilha urbana. Nos dois últimos anos, de maneira lenta mas progressiva, têm se multiplicado os sinais de uma recomposição de forças e de uma retomada das lutas estudantis. É normal, e positivo, que na fase inicial deste processo de reorganização, a luta dos estudantes e em especial dos universitários, se desenvolva ao nível de cada instituição de ensino, e que mantenha caráter parcial e estritamente reivindicatório. Mais do que nunca no entanto cabe aos estudantes papel determinante na luta pela democracia, na denúncia da subordinação de nossa economia e de nossa sociedade à lógica da acumulação monopolista e aos interesses do campo imperialista. Somente, os estudantes devem conquistar (ou melhor reconquistar) na prática o direito à palavra, reconstruindo pela base suas entidades independentes : UEEs e UNE. Reconstituir pela base as entidades estudantis independentes, eis a palavra de ordem capaz de consolidar e aprofundar o fluxo de lutas estudantis que se aproxima.

Mais complexas são as tarefas dos revolucionários e comunistas no campo. De um lado, assistimos a um processo de penetração do Capital no setor agrário, conduzindo à diferenciação progressiva entre o latifúndio tradicional (baseado na exploração extensiva e predatória da terra, sobre a base de relações pré-capitalistas de produ-

ção) e o capitalismo do campo (fundamentado na exploração intensiva da terra, ou na pecuária em larga escala, sobre a base da exploração da força de trabalho agrária proletarizada). De outro lado, a luta pela terra longe de perder intensidade, se agrava em muitas regiões do país. A política agrária do regime de autocracia militar a serviço dos monopólios ao mesmo tempo que procura impulsionar a dominação do Capital sobre a Terra seguindo a "via prussiana" de transformação da velha classe dos latifundiários em classe dos grandes capitalistas do campo, acelera o processo de proletarização do campesinato, que só é parcialmente mitigado, em regiões particulares, e notadamente na Amazônia, pelos "planos de colonização", que de resto se subordinam aos critérios da rentabilidade capitalista, e implicam nesta medida sacrifícios mais e mais terríveis aos trabalhadores do campo. Nas regiões onde a subordinação da Agricultura à Indústria e da Propriedade Fundiária ao Capital estão mais avançadas as camadas semi-proletárias do campesinato (parceiros, colonos, moradores, etc.) são progressivamente expulsas da terra e tendem a se converter em puros assalariados de empresas agrícolas nas quais não habitam. A concentração dos proletários rurais nos aglomerados urbanos das zonas agrárias aumenta extraordinariamente seu potencial revolucionário, ao mesmo tempo que leva o regime a tentar "enquadrá-los" acelerando o processo de sindicalização rural. Um trabalho permanente de agitação e de propaganda junto ao proletariado agrário, dentro e fora dos sindicatos constitui a orientação primordial da ação dos revolucionários e comunistas.

Isto não significa no entanto que os camponeses e semi-proletários do campo não devam ocupar o centro das preocupações dos revolucionários. Podemos inferir do Recenseamento de 1970 que aproximadamente 65% dos trabalhadores do campo constituem a camada de camponeses pobres e médios, embora em estados como São Paulo os proletários agrícolas representem já aproximadamente 50% da força de trabalho total aplicada no campo. Evidentemente, é muito importante ter clara a diferença entre as reivindicações específicas e imediatas dos proletários agrícolas (melhoria geral de suas condições de existência e de trabalho) e dos camponeses (a terra). É a luta revolucionária pela democracia que forjará a unidade entre proletariado (inclusive agrário) e campesinato, o proletariado garantindo a aplicação integral do princípio "a terra a quem a trabalha". Em toda parte onde o processo de trabalho assume caráter coletivo, a transformação revolucionária do modo de produção consiste na socialização dos meios de produção. A conquista da democracia revolucionária abrirá a via para esta transformação. Mas justamente porque ela terá caráter socialista, ela supõe elevado nível de consciência e de organização do proletariado rural, e portanto supõe a conquista revolucionária da democracia. Ao passo que a reivindicação da propriedade da terra é desde já - e desde sempre - uma reivindicação imediata dos camponeses e constitui portanto objetivo imediato de suas lutas (embora não exclusivo, evidente - mente). Democracia para o camponês significa antes de mais nada a terra. Democracia para o proletário agrícola significa antes de mais nada a mais ampla liberdade de organização, a mais irrestrita independência como classe e a melhoria geral de suas condições de existência e de trabalho. De resto, entre os camponeses propriamente ditos, os semi-proletários do campo e os proletários rurais o processo de diferenciação é atenuado pela constante transição de uma a outra destas camadas. Na prática, o que se vai encontrar são infinitas graduações entre o proletário agrário (puro assalariado, que não luta por um pequeno pedaço de terra, mas para melhorar seu salário e suas condições gerais de existência) e o camponês pobre (que luta pela terra para trabalhá-la sob a forma de pequena propriedade individual).

Em 1971 voltamos a assistir a grandes movimentos de camponeses

sem terra e sem trabalho no Nordeste. Enquanto formas espontâneas de luta das massas rurais, estes movimentos alcançaram suficiente amplitude, impedindo que o regime recorresse, para abafá-los, às medidas usuais de intimidação e de repressão. Revelando extraordinário sentido de organização, os camponeses colocaram, em cada vilarejo ou cidade para onde alfüram, a alternativa : trabalho e comida ou expropriação. Além de confirmar na prática o potencial revolucionário imenso de nossas massas camponesas, estes movimentos mostraram que mesmo o campesinato pobre não luta somente -as vezes nem mesmo principalmente- pela terra, mas exige trabalho que lhe permita viver com um mínimo de recursos, que lhe permita escapar à miséria ancestral.

A partir de 1972 as lutas camponesas do Norte do país, que vinham se desenvolvendo praticamente sem solução de continuidade desde antes do golpe de 1964, assumiram, nas margens do Araguaya, a forma de resistência armada de massas. Este acontecimento teve grande importância na medida em que produziu a demonstração prática de que não somente a luta armada de massas é possível no campo, como também de que um pequeno núcleo de revolucionários pode enfrentar o aparelho militar da ditadura sem ser cercado nem liquidado quando conta com o apoio das massas, por se ter ligado a elas, de maneira que qualquer golpe desferido contra os revolucionários é sentido pelas massas como um golpe desferido contra elas.

Duas questões merecem ainda ser discutidas para finalizar, com esta apreciação geral das forças da Revolução, das linhas gerais da tática e das palavras de ordem centrais no processo de luta pela democracia revolucionária abrindo a via ao socialismo, a nossa Plataforma Política. A primeira diz respeito ao programa mínimo de luta democrática e anti-imperialista a ser defendido desde já no quadro da luta unitária a mais larga contra o regime de autocracia militar a serviço dos monopólios. O segundo concerne nossa atitude diante do problema imediato da resistência violenta e armada à ditadura. Trata-se de problemas cujas soluções de princípio já foram determinadas ao longo da presente Plataforma, mas que devido à importância que apresentam para o atual processo de luta ideológica no seio de nosso movimento comunista e revolucionário, são tratadas a seguir em dois tópicos complementares.

(1)- Nossa palavra de ordem central sendo a conquista revolucionária da democracia, coloca-se a questão de saber como articular concretamente este objetivo com a luta pelas liberdades públicas e individuais e pela defesa da economia nacional. Em outros termos, cabe determinar o papel e o caráter do programa mínimo e imediato de lutas que devemos defender desde já, e que permite definir, na situação atual, as classes e camadas que podem ser aliadas ou ao menos neutralizadas na luta que contra o regime de autocracia militar a serviço dos monopólios desenvolve o bloco histórico da democracia revolucionária : operários, camponeses, estudantes, intelectuais democráticos, e em geral todos os trabalhadores e oprimidos da cidade e do campo. De uma maneira geral, podemos contar, numa luta em defesa das liberdades elementares (isto é, contra o regime de autocracia militar) com os setores liberais da burguesia e das camadas médias, com boa parte do clero, e de modo genérico, com todas as correntes de opinião que reivindicam as idéias republicanas. Evidentemente, não se pode contar com essas forças e correntes políticas para nenhuma iniciativa decidida : elas vivem e viverão nos poros do despotismo militar e da hegemonia dos monopólios e reclamam apenas um pouco de ar para respirar. É ao bloco histórico da democracia revolucionária que cabe por em movimento a democracia pequeno-burguesa e

a burguesia republicana. É a ele que cabe tornar realidade o dístico que o raquitico MDB arvora em suas convenções : "todo poder emana do povo"... Questão distinta é a da defesa da economia nacional enquanto reivindicação imediata do programa mínimo de lutas. Afirmando que através do regime de autocracia militar é a burguesia monopolista quem exerce hegemonia sobre a sociedade e sobre o Estado brasileiros, definimos a síntese da luta anti-imperialista e da luta anti-capitalista no programa de democracia revolucionária como sendo a luta contra os monopólios. Ao nível deste programa de democracia revolucionária consideramos como um desvio oportunista de direita estabelecer uma distinção rígida entre monopólios estrangeiros e monopólios nacionais. Isto porque não existe solução de fundo para os problemas do nosso povo que não implique em libertar nossa economia da lógica da acumulação monopolista. Ao mesmo tempo, consideramos que o capital monopolista dispõe, em nosso país, de uma base própria de dominação de classe, isto é, que sua dominação não é imposta à nação pela presença militar de uma potência estrangeira. No entanto, ao nível do programa mínimo e imediato de reivindicações a serem defendidas desde já, medidas de defesa da economia nacional, tais como as que limitem o controle de setores-chave de nossa indústria pelos grandes monopólios estrangeiros, sobretudo yankees, que impeçam a remessa ao exterior a título de lucros de empresa, de patentes, de "royalties" e de juros extorsivos pagos ao capital financeiro internacional, parcela considerável do sobre-produto nacional. Em outros termos, o programa mínimo de luta democrática e anti-monopolista deve levar em conta a contradição entre a burguesia monopolista nacional e a burguesia monopolista estrangeira, sobretudo yankee, procurando antes de mais nada combater e isolar os agentes e porta-vozes desta última. Analogamente, embora conscientes de que o setor público da economia e notadamente a indústria estatizada estão postas, no Brasil de hoje, a serviço da acumulação monopolista, os comunistas devem defender o princípio da nacionalização dos setores-chave da economia e compreender que existe uma contradição entre o liberalismo econômico de certos setores da burguesia monopolista (sobretudo os mais ligados ao imperialismo yankee), que se esforçam por limitar ao mínimo a intervenção estatal na economia e reduzi-la a uma simples bomba de sucção suplementar em proveito dos grandes monopólios e as tendências ditas "estatizantes" e protecionistas de setores mais ligados à burguesia monopolista nacional e em geral das diferentes camadas burguesas que tem recebido seu quinhão na recente expansão do capitalismo monopolista no Brasil. Nesta contradição, o objetivo tático deve ser o de isolar os homens da economia "liberal" que são justamente os mais ligados ao imperialismo internacional e sobretudo yankee.

(2)- Contra o regime de autocracia militar a serviço dos monopólios os revolucionários devem lutar sob todas as formas, mesmo as mais violentas. Seria inclusive um erro de tipo oportunista de direita considerar que a derrota do militarismo provou a impossibilidade de princípio de ações de pequenos comandos armados. De resto, a resistência armada dos camponeses do Araguaya, dirigidos por um punhado de revolucionários e enfrentando tropas de elite do regime, constitui a confirmação prática a mais incontestável de que não somente é justo mas possível revoltar-se contra o despotismo dos homens do Capital. O que afirmamos claramente é que nas condições atuais a reunificação dos marxistas-leninistas, a reorganização geral do movimento revolucionário em vista da luta política de massas e a recomposição de nossas forças em escala nacional não terão por centro as ações armadas e que o essencial dos recursos humanos de que hoje dispomos devem se consagrar às três diretrizes definidas na presente Plataforma. Só assim estaremos aprendendo com nossos erros e preparando as condições para vitórias futuras e para a transformação revolucionária de nossa sociedade.

O DEBATE EM TORNO DO DOCUMENTO "UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA"

CONTRIBUIÇÃO A DISCUSSÃO DE "UMA AUTO-CRÍTICA NECESSÁRIA"

O presente documento foi elaborado por um coletivo de militantes da ALN como roteiro para uma discussão interna da proposição mencionada.

"Ellos son gente que en su mayor parte han abandonado Rusia voluntariamente constituyéndose en opositores a los terroristas que ponen en juego sus cabezas. El sedicente Partido de Propaganda parte a Ginebra. ¡Qué cambio absurdo! estos caballeros están contra toda acción política revolucionaria". K. Marx

"Ellos quieren sin falta "ahondar" y decir las cosas de un modo más "sabiendo". Así resultan, de una parte, esfuerzos ridiculos por demostrar profundidad de pensamiento y, de otra, en vez de una consigna resulta una descripción, en vez de un llamamiento alentador a ir adelante resulta una mirada melancólica hacia atrás. Parece que no se trata de gente viva que quiere luchar ahora mismo, sin más tardanza, por la república, sino de una especie de momias petrificadas que "sub especie aeternitatis" examinan la cuestión desde el punto de vista "plusquamperfectum". LENIN -- Dos tácticas de la socialdemocracia rusa en la revolución democrática, pgs. 39-40.

O debate sobre a experiência revolucionária brasileira de 1967 em diante vem sendo realizado com grande intensidade, em busca de definições corretas e de caminhos para conseguir concretizar as aspirações de transformar a sociedade brasileira, terminando com a exploração e a miséria da imensa maioria do povo. E por isto, inclusive ou principalmente no exterior, surgem de todos os lados "críticas" e "auto-críticas" do processo, da maioria das quais se poderia sem temor a erro, dizer o que disseram, cada um a seu tempo, Marx e Lenin nas epígrafes acima transcritas.

Isto porque em todas elas, quase sem exceção, existe a tendência a negar toda a experiência destes anos de luta, vendo e anotando exclusivamente o que consideram "fracasso total", erros e derrotas, evocando os anos anteriores a 1967 como os "anos dourados" da luta revolucionária de massa e de acertos e sucessos ininterruptos do movimento revolucionário. A perspectiva revolucionária se dirige, assim, para o passado e não para o futuro.

A nosso ver, tais "críticas" e "auto-críticas" somente poderão levar o movimento revolucionário brasileiro por caminhos errôneos. E a linha de pensamento da chamada "tendência leninista dentro da A.L.N." se entrosou, com pouquíssimas discrepâncias, com as manifestações de outras organizações no exterior sobre o assunto.

Nossa contribuição ao debate: aqui pretendemos sintetizar nosso pensamento sobre "Uma auto-crítica necessária", com base principalmente no documento do companheiro Helcio ("Resposta a uma auto-crítica necessária"), aprofundando-o em alguns pontos para, posteriormente, tentar uma análise de diversas opiniões manifestadas por outras organizações.

Embora o documento da auto-intitulada "tendência leninista" (que tem muito pouco de "leninista" e hoje já não está mais "dentro da A.L.N." por sua expulsão) seja pouco ordenado, difuso e mesmo confuso, podemos apontar três questões centrais nas críticas que apresentam (o que fazemos para maior clareza de exposição, pois na realidade, as três estão intimamente ligadas): 1)- influência da ideologia da pequena-burguesia radical; 2)- influência do pensamento de Régis Debray e 3)- a necessidade do Partido de novo tipo.

Duas observações: como se trata de contribuição a um debate interno, não pretendemos expor nem discutir aqui a linha teórica e a prática revo-

lucionária de A.L.N. ; por outro lado, concordamos com as críticas feitas pelo companheiro Hécio ao documento da "tendência".

Analisemos, então, um a um os pontos mencionados :

1)- A influência da ideologia da pequena burguesia radical.

Afirma José dos Santos que "refletindo a ideologia da pequena burguesia radical, refratária à disciplina proletária, foi criado o conceito de "liberdade tática", etc, etc. E em muitos outros trechos da "auto-crítica" aparece a "pequena burguesia radical".

A pequena burguesia existe, a pequena burguesia radical também existe e quanto a isto não há dúvida. Mas o que não existe é uma "ideologia" desta pequena burguesia, radical ou não.

Já diziam MARX e ENGELS na "UA Ideologia Alemã" que:

"Las ideas de la clase dominante son las ideas dominantes en cada época; o, dicho en otros términos, la clase que ejerce el poder material dominante en la sociedad es, al mismo tiempo, su poder espiritual dominante" (pg.50)

Por outro lado acrescentam (pgs.60-61) que :

"Los individuos sólo forman una clase en cuanto se ven obligados a sostener una lucha común contra otra clase, pues por lo demás ellos mismos se enfrentan unos con otros, hostilmente, en el plano de la competencia".

Ou seja: na sociedade capitalista temos duas ideologias em luta: as duas classes antipodadas por representarem interesses que se excluem. As idéias dominantes são as da classe dominante ; as diversas camadas que existem entre os dois polos não têm e não podem ter ideologia própria, por falta de base material para a elaboração de tal ideologia e oscilam entre um e outro polo, política e ideologicamente.

A pequena burguesia não tem autonomia ideológica:

"El comercio y la manufactura crearon la gran burguesia, al paso que en los gremios se concentraba la pequeña burguesia, que ahora ya no seguia dominando, como antes, en las ciudades, sino que tenía que inclinarse bajo la dominación de los grandes comerciantes y manufactureros. De aqui la decadencia de los gremios ten pronto entraban en contacto con la manufactura" (pg.65).

Ou como afirma em outras palavras o "Manual de Marxismo-Leninismo" (pg.149)

"La pequeña burguesia ocupa en la sociedad capitalista una posición intermediária. Como propietarios privados guardan afinidad con la burguesia, pero como hombres que viven de su trabajo se acercan a los obreros. Esta situación intermedia de la pequeña burguesia es origen de su posición instable y vacilante en la lucha de clases."

Teóricamente, pois, não existe uma "ideologia" própria da pequena burguesia. E a confusão de José dos Santos fica mais clara se analisarmos outra de suas afirmações:

"A razão básica de nossos erros residiu fundamentalmente no desvio da linha aprovada nessa Conferência (a do PCB de São Paulo em 1967 sobre isto nada temos a acrescentar ao que escreveu o companheiro Hécio). Cremos que isto ocorreu devido principalmente a dois fatores: a) o enorme afluxo de elementos da pequena burguesia radical notadamente de estudantes para a organização; b) a intensa penetração ideológica das teses sistematizadas pelo intelectual francês Régis Debray, principalmente entre os elementos originados da pequena burguesia radical. Nessas condições foi possível introduzir na organização o que denominamos o contrabando ideológico do debraysmo".

A parte a confusão entre as posições da Conferência do PCB de São Paulo em 1967 e a linha da ALN, que já foi criticada por Hércio, tal afirmação, ao deixar implícito, que a prática da Organização deixou de ser "proletária" porque havia em nossas fileiras grande número de pequenos burgueses e por causa do contrabando ideológico do "debraysmo" denota a extrema pobreza teórica de seus autores e seu desconhecimento de marxismo-leninismo, da história das revoluções e da realidade mundial e brasileira.

Com efeito, pelo simples fato de ser originário da burguesia (grande ou pequena, não importa) não se pode dizer que um revolucionário mantenha a ideologia de sua classe, por um lado e, por outro, pelo simples fato de ser operário de origem não significa que um quadro tenha a ideologia proletária.

No que diz respeito ao aspecto teórico do problema e para não ir muito longe, basta ler o "Que Fazer?" de Lenin.

Quanto à história das revoluções, basta ver a origem de classe dos principais líderes das mais importantes revoluções vitoriosas do século XX: a russa, a chinesa, a cubana e a vietnamita, para não tornar muito extensa a lista. Ou seriam, por acaso "proletários" Lenin, Trotsky, Stalin, Plekhanov, Mao, Lin Piao, Chu En Lai, Chu Teh, Fidel, o Che, Raul Castro, Ho Chi Minh, Giap, etc.?

Por outro lado, a história política mundial e a história do movimento sindical no mundo nos oferece inúmeros exemplos de operários de origem que serviram fielmente os interesses da burguesia e foram dignos representantes da ideologia burguesa. E mesmo os operários não politizados de qualquer país do mundo capitalista estão aí para quem quiser ver que "Las ideas de la clase dominante son las ideas dominantes en cada época".

O único critério científico possível para julgar o conteúdo ideológico de um movimento ou partido ou mesmo as posições concretas de um revolucionário é aquela que consiste em verificar que interesses de classe defende o dito movimento, partido ou indivíduo. Terá ideologia proletária aquele que em sua prática política (não nas palavras somente) defende os interesses do proletariado "como classe social" e luta para que esta classe social assuma o papel de liderança que lhe cabe na sociedade. Estará sob influência da ideologia burguesa todo aquele que na prática política não visa a total transformação da sociedade atual, arrebatando o poder da burguesia dominante.

E tais posições e concepções se comprovam e se reafirmam pela prática da luta revolucionária em seu desenvolvimento, em seus avanços e recuos, nas vitórias e nas derrotas, ao longo de todo o processo que culmina com a tomada do poder — não é dado de uma vez por todas e para sempre. E depois de tomado o poder, continua a luta entre as duas ideologias, pois, como dizia Lenin, ao contrário das revoluções burguesas que culminavam com a tomada do poder, a revolução proletária começa exatamente quando se toma o poder.

E se é neste atuar diário, nesta vivência quotidiana do problema revolucionário que se vão concretizando as definições teóricas mais gerais e abstratas, inteira razão tem o camarada Hércio quando afirma que:

"a teoria revolucionária não é um fenômeno exterior à revolução e elaborá-la requer algo mais que a erudição acadêmica e o rigorismo das citações doutrinárias. É preciso não confundir o papel dos dirigentes revolucionários com o dos historiadores, sociólogos, economistas, etc."

Realmente — e aqui vem outra confusão teórica dos autores da "auto-crítica" — a luta revolucionária é um processo político e não mero exercício intelectual em torno de conceitos doutrinários por mais corretos e "proletários" que estes sejam.

Neste "processo político" a realidade é o fundamental, pois é nela que se manifestam concretamente os princípios da teoria revolucionária. Quando acusa a Organização de haver errado por desvios "ideológicos" da pequena burguesia radical, o documento se esquece totalmente da realidade de do movimento revolucionário brasileiro, abrangida neste conceito toda

a esquerda de nossa terra. Ou seja : uma esquerda ideologicamente débil, pois jamais chegou a dominar elementarmente que fôsse o marxismo-leninismo, desconhecendo totalmente a realidade nacional, politicamente sempre a reboque da burguesia e sem nenhuma organização apta para travar a luta revolucionária pelo Poder quando e onde fôsse necessário.

Quando falam do "fracasso total" da Organização em particular e do movimento revolucionário brasileiro em geral, os autores do documento em questão mostram toda sua concepção idealista, burguesa e direitista, o aventureirismo político da pequena burguesia desesperada que espera encontrar a vitória ao dobrar a primeira esquina e desanima e arreia as suas bandei- ras por causa de derrotas temporárias. Citam a resistência ao nazismo na Europa, a heróica luta do povo vietnamita e outros, mas se esquecem como frizou o companheiro Hércio de todas as derrotas parciais que sofreram estes movimentos (convém reafirmar aqui a transcrição feita por Hércio: "É claro que seria muy facil hacer la historia universal si se pudiera emprender la lucha solamente en condiciones de victoria infalible") e no caso europeu da inestimável contribuição do Exército Soviético para a libertação dos países hoje socialistas da Europa. Esquecem, dizemos nós, quantas vezes os imperialistas franceses, japoneses ou americanos anunciaram a derrota das forças revolucionárias no Vietnã, além de se esquecerem de quantos "apressados" ficaram na metade do caminho desencantados com a duração da luta.

Assim, os "críticos" e "auto-críticos" do processo revolucionário brasileiro têm de buscar em outros fatores que não a influência "ideológica" da pequena burguesia radical a causa das dificuldades porque atravessa a luta em nossa Pátria. É claro que houve desvios e erros, que houve fracassos e derrotas, pois, infelizmente, o processo revolucionário não é retilíneo e nem se traduz por uma curva sempre ascendente; vai em zig-zag, em avanços e recuos, aprendendo das derrotas para superar-se e chegar à vitória. No fundamental acreditamos que a prática revolucionária de ALN vem defendendo os interesses gerais de classe do proletariado buscando na realidade os caminhos que levarão à vitória.

II - O contrabando ideológico do debraysmo .

A segunda causa de nossos erros seria o "contrabando ideológico" do debraysmo. As afirmações a respeito, como mostrou bem Hércio, são as mais superficiais possíveis e bastante difusas.

No único ponto concreto que abordem a respeito das controvertidas opiniões do escritor francês, os autores do documento cometem outra vez um erro elementar para quem pretende travar uma luta ideológica séria. Falaram de contrabando ideológico e apresentam um problema político : o da "coluna móvel estratégica que seria a direção político-militar para a qual convergiria a atenção das grandes massas..."

Em seguida descrevem um quadro da atuação da ALN que não tem absolutamente nada a ver com a realidade das posições colocadas em documentos por Marighella ou pelas direções posteriores da Organização e nem com a prática concreta desta. Ou seja : diz-se que a ALN voltou as costas a vinte milhões de proletários para dedicar-se ao trabalho com os camponeses.

É a velha e desmoralizada tática de atribuir ao adversário idéias e opiniões que não tem e, em seguida, combatê-las. Dom Quixote e seus moihos de vento como lembrou muito bem Hércio...

Ao fazer tal afirmação sobre a influência de Debray, os senhores da tendência demonstraram não haver entendido o momento que vivia a esquerda brasileira quando se publicou no Brasil "Revolução na Revolução".

O rompimento com o reformismo já havia se dado e os primeiros passos para definir a nova prática começavam a ser ensaiados e o livro de Debray serviu para fornecer às dissidências estudantis o mínimo de justificativa teórica para a adoção dos novos caminhos do movimento revolucionário. Na realidade Debray não influenciou nos rumos da discussão e da prática da esquerda brasileira na extensão em que pensa José dos Santos, pois tal in-

fluência, repetimos, não passou de certos setores das dissidências estudantis e da POLOP.

Por outro lado nos parece errônea a interpretação dada na "auto-crítica" à teoria foquista. Afirma-se ali que :

"... o intelectual francês nega a necessidade do partido leninista para levar a cabo a revolução, nas condições da América Latina, propondo a sua substituição pela "coluna móvel estratégica" que seria a direção político-militar para a qual convergiria a atenção das grandes massas, a partir dos enfrentamentos iniciais do foco guerrilheiro. Apesar das críticas como dissemos "técnicas" ao foco guerrilheiro feitas por nossa organização, chegando inclusive a se declarar "anti-foquista", o principal objetivo estratégico é ainda o estabelecimento, no interior do país, da "coluna móvel", o que significa na prática adotar a mais importante tese debraysta".

Isto não corresponde nem à linha da ALN, nem, a nosso ver, ao essencial do pensamento de Debray. Para nós o desvio básico da teoria debraysta consiste em que a partir da negação da necessidade de um partido burocrata para fazer a Revolução, Debray nega a necessidade mesma do partido da classe operária. Além disso, Debray possui uma visão espontaneísta do processo revolucionário que se pode traduzir na crítica ao foquismo publicada no número 3 de "O Guerrilheiro" : posições de fundo vanguardista que vêem a intensificação pura e simples das ações como determinando a adesão espontânea das massas".

Nestes dois sentidos a ALN nunca foi nem é foquista apesar de aceitar os pontos centrais da teoria do Ché Guevara, sistematizada também por Debray : a) as forças populares podem derrotar um exército; b) - nem sempre devemos esperar que estejam dadas tôdas as condições para a Revolução ; o movimento revolucionário atuando pode criar algumas delas e c) - na América Latina o terreno fundamental da luta é o campo, ou seja, sem a participação das massas camponesas é impossível a vitória da Revolução.

No fundo, aqueles que aumentam a importância de Debray nos rumos tomados pela esquerda brasileira, como é o caso dos senhores da "tendência" não fazem mais do que criar um biombo para receber as pedras que gostariam de destinar ao Comandante Che Guevara.

III - O "Partido de novo tipo"

Como o fazem várias outras organizações, os integrantes da "tendência" levantam também a questão da imprescindibilidade de um "Partido leninista de novo tipo" para levar à frente o processo revolucionário brasileiro. É evidente que cada uma delas se pretende O Partido do novo tipo...

Por isto é conveniente lembrar a estes diversos senhores as origens do "partido leninista", do "Partido de novo tipo", suas características e que papel desempenharam.

O Partido "leninista", primeiro dos Partidos de "novo tipo" pode-se dizer que surgiu no Congresso de 1903, para fixar uma data. E porque surgiu com as características que viraram dogmas depois? Única e exclusivamente porque Lenin (que era um gênio e um artista político e não um intelectual qualquer) e seus seguidores, fiéis ao método marxista, face à tarefa concreta de transformar a sociedade russa no rumo do socialismo, buscaram criar um instrumento adequado para a tarefa. Se se tratava de transformar a sociedade russa, tal instrumento teria de atender às peculiaridades do povo russo e à conjuntura histórica da etapa revolucionária que atravessava a Rússia de então. Ou seja : que se necessitava de um instrumento dado, para levar a cabo determinada tarefa, em uma conjuntura histórico-política devidamente conhecida e analisada. Não se tratava de buscar um fim em si, nem de criar um modelo eterno e válido para todas as épocas, situações e países.

Por isto, exatamente por isto, separou-se o Partido "bolchevique" da II Internacional, abandonando o "modelo" partidário até então existentes, "os partidos de velho tipo", se assim nos podemos expressar. A dogmatiza-

ção do PARTIDO (tudo em maiúsculas mesmo) veio depois, muito depois e por razões que não vem ao caso discutir aqui.

Contraopondo o "Partido leninista de novo tipo" aos velhos Partidos da II Internacional, Stalin apontava nele as seguintes características diferenciais (em 1924) : 1) - O Partido como destacamento de vanguarda da classe operária 2)- O Partido como destacamento organizado da classe operária ;3) O Partido como forma superior de organização de classe do proletariado(do proletariado armado, diria Lenin em outra oportunidade anterior); 4) - O Partido como instrumento da ditadura do proletariado e 5)- O Partido como unidade de vontade incompatível com a existência de facções. E como este último ponto pode deixar margem para muita coisa, é bom citar uma opinião de Lenin, já que se trata de "leninistas"...:

"Na época atual de cruenta guerra civil, o Partido Comunista somente poderá cumprir com seu dever se se acha organizado da maneira mais centralizada, se reina em seu seio uma disciplina férrea, limitrofe à disciplina militar, etc, etc."

Ou seja: (e perdoem-nos a repetição): os pontos fundamentais para que uma organização cumpra seu papel revolucionário, antes de tomar o poder, são : ser o destacamento de vanguarda do proletariado, ser seu destacamento organizado, ser sua forma superior de organização e, em época de cruenta guerra civil (ou não se vive uma guerra no Brasil de hoje?), de organização centralizada e com uma disciplina quase militar. Tudo isto subordinado à necessidade de estar armado. Atendidas estas condições, chama-se "partido", "organização", "estrutura" ou o que seja, não importa, pois o que interessa é a existência do instrumento para levar a cabo as tarefas. O resto são dogmas ou busca de um meio para preservar pretendidas lideranças ultrapassadas pelos fatos.

E basta ler os escritos de Marighella e os documentos da ALN para ver que nunca, jamais se pretendeu o contrário, se afirmou o contrário, pois só um imbecil rematado sustentaria que não existe necessidade de nenhuma organização para realizar as tarefas da Revolução. O que se pretendeu e se pretende foi exatamente a exemplo do que fez Lenin com relação aos partidos da II Internacional - substituir a esclerosada estrutura dos PCs brasileiros, incapaz de enfrentar as tarefas revolucionárias post-1964, por um instrumento capaz de dirigir a transformação da sociedade brasileira.

Ainda não se conseguiu a criação de tal instrumento, é óbvio. Mas é o que se busca fazer e fazer da forma mais correta e leninista possível, pois isto se está tentando ao

"Testar os dogmas teóricos da II Internacional (leia-se "da esquerda tradicional brasileira" e dos "teóricos dos partidos-de-novo-tipo") no fogo da luta revolucionária das massas, no fogo da prática viva ; isto é, restabelecer a unidade de rota entre a teoria e a prática, terminar com o divórcio entre elas, porque apenas assim se pode criar um partido verdadeiramente proletário, armado com uma teoria revolucionária".
(Stalin)

Ou seja: o que se fez a partir de 1903 para as tarefas concretas da Revolução russa, nas condições e circunstâncias históricas da Rússia e da situação internacional de então no que a Partido se refere, é exatamente o que se quer fazer a partir de 1967-1968 para as tarefas concretas da revolução brasileira, nas condições e circunstâncias históricas do Brasil e do mundo de hoje.

As burguesias nacionais e o imperialismo aprenderam muito bem o que lhes ensinaram as diversas revoluções do século XX em matéria de organização das forças revolucionárias e por isto mesmo cada nova revolução se encontra com mais dificuldades a vencer que suas antecessoras. E por isto mesmo, o instrumento revolucionário para atender as exigências específicas de "partido de novo tipo" apresentadas por Stalin, tem de começar

por ser armado e tem de ter outra estrutura e forma de atuação que não aquelas dos partidos tradicionais da esquerda brasileira, que demonstraram à sociedade sua incapacidade para dirigir o processo da Revolução. As citações que o companheiro Mécio fez de vários escritos de Marighella é bem ilustrativa e nos reservamos para aprofundar mais a discussão quando estudarmos as críticas e auto-críticas de outras organizações sobre a matéria.

Conclusão

Vemos, pois, que nenhuma razão de ordem teórica justifica as "críticas de tendência". Nem mesmo de ordem prática, pois aqui ou inventaram uma prática que não é a da Organização para criticar ou chovem no molhado, pois são problemas que já vem sendo enfrentados nas discussões internas.

Sobre as duas propostas concretas apresentadas para "corrigir" os erros da ALN e "ligá-la" às massas (realização de congresso e criação de células de quadros políticos), o companheiro Mécio já mostrou muito bem o que representam do ponto de vista da atividade concreta da Organização e nada mais temos a acrescentar.

Somadas estas propostas a volta às resoluções da Conferência de 1967 como definidoras dos caminhos da evolução brasileira, vemos que os senhores da tendência terminam por voltar ao passado, apagando sem mais cinco anos de experiência revolucionária no Brasil para cair outra vez nas posições reformistas, conciliadoras e vacilantes da pequena burguesia (não é radical, evidentemente...).

E aqui se juntam com outros "críticos" e "auto-críticos" de outras organizações: voltam ao passado, ao reformismo puro e simples, desiludidos porque não se vislumbra a vitória das forças revolucionárias no futuro imediato e porque, incapazes de uma correta formulação teórica e de levar conseqüentemente uma prática revolucionária, perdem a perspectiva e se deixam levar pela propaganda ideológica das classes dominantes brasileiras. O processo revolucionário no Brasil chega, assim, a um ponto de definição: aqueles que continuarão empunhando a bandeira da Revolução e que, corrigindo os erros e aprendendo das derrotas, levantarão à frente o processo de libertação de nosso povo e aqueles outros, com os senhores da tendência, que já entraram no plano inclinado (conscientemente ou não) de conciliação, do reformismo e do oportunismo pequeno burguês tão comuns nas fases de refluxo do movimento revolucionário.

Mas uns e outros estão sendo ultrapassados pelas rodas inexoráveis da História e pelo sacrifício eterno e heróico dos militantes que entregam suas vidas e sua juventude para construir o futuro glorioso do povo brasileiro liberto da exploração.

NOTA DA REDAÇÃO DE DEBATE: Quando em DEBATE-7 abrimos o debate em torno do documento ACN havíamos assumido, perante todos os revolucionários do Brasil, o compromisso de publicar, na medida de nossas possibilidades, todas as intervenções críticas e contribuições em geral e respeito de auto-crítica proposta pelos companheiros, da TL/ALN. Este compromisso foi fielmente cumprido. Com a publicação deste artigo de um coletivo de companheiros da ALN encerramos a divulgação, nas páginas de DEBATE, de todos os materiais redigidos no quadro de polémica suscitada pela "Autocrítica necessária" dos camaradas da TL/ALN. Advertindo nossos leitores de que após mais de um ano e meio de discussão, considerá-mo-la encerrada no que nos concerne, e que por conseguinte não mais garantimos publicação de textos sobre o mesmo tema, salvo o direito de resposta dos companheiros da TL/ALN aos textos de crítica sobre os quais ainda não se pronunciaram (isso se julgarem conveniente fazê-lo), queremos deixar bem claro nosso completo desacordo com este último documento que ora publicamos, do coletivo da ALN, tendo inclusive destacado um companheiro de nosso Comitê de Redação para responder-lhe, coisa que só faremos no próximo número por falta de espaço.

O MOVIMENTO CAMPONES NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO - PALMEIRA
 CAPÍTULO III : O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO DOS CAMPONESES

O desenvolvimento político dos camponeses em Pernambuco data de muito tempo e teve várias fases, desde a luta armada contra os senhores de engenho escravocratas até as grandes greves políticas dos últimos tempos.

Desde os primórdios da formação da Nação brasileira, no Nordeste os camponeses se destacaram por uma ativa participação em nossa vida política. Em nenhum momento deram tréguas ao opressor e sempre se comportaram como classe independente. Se nos voltarmos para o século XVII, observaremos que os camponeses durante sessenta e cinco anos organizaram sua própria República e deram combate de maneira heróica às forças coloniais portuguesas, que durante toda a guerra contra os "quilombos" foram várias vezes batidas. No século XIX, com o mesmo vigor desenvolveram suas lutas de classe ao nível mais alto, a luta armada. Durante os anos de 1832 a princípios de 1835, na Guerra dos Cabanos, a mesma massa de camponeses, composta fundamentalmente de escravos sublevou-se na mesma região dos Quilombos dos Palmares, com métodos quase idênticos de luta. No período de três anos os camponeses foram senhores dos campos, impondo ao inimigo sérias derrotas.

Durante os períodos de guerra demonstraram superioridades técnica e militar como também formaram verdadeiros líderes políticos e estrategistas militares, como foi o caso de Zumbi, líder máximo dos Quilombos dos Palmares, que em nenhum momento deu prova de fraqueza, falta de espírito de camaradagem para com os companheiros, aplicando resolutamente o princípio de independência na organização de seu exército. Vicente Ferreira de Paula líder dos cabanos, que apesar de ser oriundo do exército colonial (sargento), tornou-se verdadeiro líder de toda uma região tendo como apoio fundamental a grande massa de escravos fugidos dos engenhos, formando assim uma verdadeira república, plantando e colhendo lavoura para a manutenção do seu exército e inflingindo derrotas ao inimigo durante três anos seguidos.

Em 1848 com o desenvolvimento da Revolução Praieira, verificou-se o mesmo fenômeno. Se de início as lutas se desenrolaram na cidade foram no entanto forçadas a se transferirem para o campo e lá apoiaram-se nos camponeses, isto porque sem a participação destes a Revolução não teria nenhuma estabilidade. A causa política de Borges da Fonseca e Pedro Ivo serem as principais figuras do movimento praieiro, foi ambos se apoiarem sobretudo nos escravos, por serem estes os mais desprotegidos. Borges da Fonseca dirigiu-se para as províncias (povoações) de Iguaçú e Coiana, onde desde a Invasão Holandesa a massa de camponeses havia dado provas de luta e Pedro Ivo para Água Preta e Jacuípe, redutos heróicos dos cabanos.

Estes são de fato os maiores acontecimentos históricos com a participação direta e ativa dos camponeses, sendo os dois primeiros movimentos liderados e dirigidos inteiramente pelos próprios camponeses e o último, a Revolução Praieira, pela burguesia nascente sob o impacto de Revolução Francesa. Assim sendo, mesmo a própria burguesia foi forçada a ir aos campos e apoiar-se nos camponeses para desenvolver sua luta contra os "marinheiros" e "guabirus".

Não pretendemos aqui falar de outras guerras ou revoltas de menor importância e expressão como os Quilombos em Utinga, Cova de Onça, Japumim e nas matas de Catuca. Isto para não mencionar as pequenas sublevações de escravos logo abafadas que atingiam uma infinidade de engenhos na zona da mata em Pernambuco.

Durante todo este século ainda não se verificaram lutas armadas entre as massas camponesas, isto é, depois da abolição da escravatura. No entanto, a partir de 1945 começaram a se desenvolver os primeiros núcleos das Ligas Camponesas, com grande participação dos camponeses, sobretudo na zona agreste. Na zona canavieira desenvolveram-se com maior lentidão, por uma só razão: os "organizadores" das Ligas até abril de 1964 generalizavam em demasia as reivindicações dos camponeses. Pregavam a posse da terra

na zona canavieira, quando não era de fato a reivindicação básica dos camponeses, mas sim leis adequadas que garantissem e melhorassem suas condições de vida. Com o aparecimento das primeiras Ligas, surgiram as primeiras repressões políticas violentas, por parte de governos que se destacaram nesta triste missão. Surgem os Barbosa Lima Sobrinho, brutal, assassino, Agamenon Magalhães, Melvinó Lins e Cordeiro de Farias. Os três primeiros de 1947 a 1954 moveram uma repressão tão violenta contra os camponeses que causaram um virtual desaparecimento de suas organizações. A partir de 1954 as Ligas Camponesas tomam novo impulso, não mais sob a direção do P.C.B. (Partido Comunista Brasileiro) e sim sob a direção pessoal do deputado estadual Francisco Julião. Em 1956 e nos anos seguintes, o Partido Comunista de uma linha sectária e indefinida, abstrata em relação às reivindicações dos camponeses viria a tomar posição oportunista de direita, contrária aos interesses das massas camponesas e às posições políticas do deputado Francisco Julião, perdendo inteiramente a liderança das poucas Ligas que restavam. Julião por sua vez aproveitou as deficiências da linha política do Partido Comunista e lançou determinadas palavras de ordem que encarnavam o verdadeiro espírito reivindicatório dos camponeses e daí resultou que as repressões políticas de Cordeiro de Farias de nada valerem. As Ligas começaram a estender-se por todo o Estado e apareceram os primeiros movimentos organizados: passeatas em Vitória de Santo Antão, invasão de terras por cima das autoridades, inclusive polícia. Dentre as Ligas que mais se destacaram vale à pena citar as de : Vitória, Bom Jardim, Tambémé, Surubim, no agreste e Jaboatão, Cortês, Goiana, Timbauba e Xexéu na zona da mata.

Nas eleições de 1958, para governador, como nas de 1960 para presidente de república, os respectivos candidatos Cid Sampaio e Henrique Lott, viram-se obrigados a reconhecer as Ligas Camponesas e ambos pediram seu apoio eleitoral, financiando-as com veículos e medicamentos. As Ligas saíram daquela organização isolada de alguns municípios do interior em 1945 para as ruas centrais de Recife em 1958 e 1960 em passeatas que eram verdadeiros "mares" humanos.

Dentre os muitos fatores que conduziram as Ligas ao seu apogeu como organização de massas e que mais influenciaram os camponeses em Pernambuco, dando-lhe maior agressividade política e um cunho mais avançado com palavras de ordem revolucionárias, destacou-se a Revolução Cubana. Os nomes de Cuba e de Fidel apareciam nas palavras de cada camponês das Ligas.

De fato, nenhum acontecimento no exterior, depois da Revolução Francesa, que no século passado estimulou a burguesia nascente a desenvolver suas lutas apoiando-se na grande massa de escravos, trouxe tanta repercussão e confiança aos camponeses do que a Revolução Cubana. Isto por dois fatores essenciais:

- 1)- A Revolução Cubana desenvolveu-se basicamente no campo;
- 2)- Os dirigentes da Revolução Cubana lançaram palavras de ordem contra o latifúndio, o imperialismo norte-americano e proporcionaram aos camponeses de Pernambuco inúmeras visitas à Cuba Revolucionária. Cada camponês que daqui saía, via a força motriz da Revolução e a capacidade criadora do novo trabalhador no país irmão.

No entanto os anos de 1962 e 1963 marcaram o definhamento das Ligas como organização camponesa. O movimento campones não viria entretanto perder seu avassalador crescimento, por dois fatores essenciais:

- 1)- A aprovação pelo Congresso Nacional do Estatuto do Trabalhador Rural e o direito à sindicalização;
- 2)- A ascensão de Miguel Arraes ao governo do Estado de Pernambuco, aplicando sem reservas o Estatuto do Trabalhador Rural e ajudando a sindicalização em massa.

As genéricas palavras de ordem das Ligas não conseguiram acompanhar a nova situação política criada pelos dois fatores acima. Francisco Julião e seu Conselho não foram capazes de enxergar as diferenças políticas e econômicas entre a mata (zona canavieira) e o agreste, região de latifúndios que sobrevive do aforamento da terra. Os "organizadores" das Ligas insistiam

em levantar a posse da terra para os camponeses da zona canavieira e "esqueciam-se", como já dissemos, acima, que aquela massa era de verdadeiros proletários e suas reivindicações tinham diferenças substanciais das dos camponeses do agreste, onde o sistema de produção é individual e privado, isto é, uma parte ou toda a colheita pertence a quem planta. Na zona canavieira, ao contrário, impera a monocultura da cana de açúcar, a produção é coletiva e tem um só dono, o usineiro.

Com o Estatuto do Trabalhador Rural e com o reconhecimento dos sindicatos rurais por parte do Governo Federal, sofreu um novo impulso o movimento camponês da zona canavieira. Se antes a hegemonia do movimento camponês cabia ao agreste - zona do aforamento - agora os camponeses da zona canavieira, os "sem fibra" de Euclides da Cunha voltavam à liderança da arena política em Pernambuco.

Os sindicatos rurais não tiveram as mesmas características dos sindicatos operários das cidades, porque o ímpeto revolucionário das massas camponesas e a não existência de uma camada aristocratizada, como acontece com a classe operária impediram o aparecimento de uma estrutura sindical burocrática e apelegada, como ocorre nas cidades. Apesar de terem surgido indivíduos degenerados, estes foram suplantados pelo fervor das massas.

Os milhares e centenas de milhares de camponeses de toda a zona canavieira procuravam nas cidades interioranas filiarem-se aos sindicatos. As cidades do interior de toda a região açucareira eram sacudidas pela avalanche humana a procura da nova organização, à procura de seus direitos.

A massa camponesa que oscila entre 300 mil no inverno e 500 mil na moagem começava influir na situação política dos municípios do Estado. As assembleias sindicais eram verdadeiras apoteoses. As vozes de protesto surgiam em cada boca. As denúncias contra os crimes dos senhores do engenho, dos fornecedores de cana e usineiros eram levadas às assembleias e às praças públicas. Os reacionários locais eram denunciados. Os policiais títeres eram apontados e surrados pelos camponeses. Os agentes secretos do exército, como aconteceu no engenho Oitacirã, eram presos e desarmados. Os "corta-jacas" e "chaleiras" eram postos para fora dos sindicatos. Os administradores comprometidos, desarmados e presos eram trazidos até os sindicatos. Os vigias surrados e desarmados. Os camponeses medrosos foram ligados à força aos sindicatos. Em cada cidade, os comerciantes tidos como "tubarões" eram denunciados em assembleias sindicais. As delegacias de polícia foram abjuras das pelos camponeses. Todas as questões eram levadas ao sindicato, não mais à polícia, tamanho era o respeito que tinham pela organização. As autoridades constituídas, para os camponeses, não tinham nenhum valor, todo poder emanava do sindicato.

Os sindicatos que mais se destacaram nessa fase e conduziram os camponeses a um maior nível de organização e de luta pelos seus direitos foram os de Jaboatão, São Lourenço da Mata e Moreno. Por outro lado, os sindicatos de Goiana, Rio Formoso e Serinhaém, apesar de seu espírito de combatividade e prestígio, não tinham posições políticas definidas motivadas pela falta de eficácia das palavras de ordem das Ligas e seus níveis de organização eram bastante débeis, faltando nêles unidade de ação. O sindicato de Palmares dirigido pela camarilha revisionista prestista, apesar de abranger quinze municípios e ter uma boa organização burocrática, pouco ou nenhum espírito de luta possuía e todas as ações de massa dentro da jurisdição deste sindicato eram espontâneas. Apesar de toda a traição desta diretoria, ela não foi capaz de deter o ímpeto revolucionário das massas camponesas, que passavam por cima dos dirigentes, faziam passeatas, comícios, greves e quebra-quebras, como aconteceu em Ribeirão no entêrro de um camponês assassinado, onde todo o comércio fechou suas portas e na usina Caxangá, onde o usineiro correu após o massacre. Os camponeses tomaram de assalto a casa grande e juntamente com os operários transformaram a usina em propriedade coletiva e puseram-na em funcionamento sem decréscimo da produção, demonstrando estarem capacitados para dirigirem uma propriedade coletiva. Caso idêntico aconteceu no engenho Limão. O senhor de engenho espancou o camponês com uma cana que estava chupando, os camponeses juntaram-se e quebraram um feixe de

vinte canos nas costas do senhor de engenho.

A proporção que se desenvolveu a luta de classe, assumindo níveis mais elevados, surgia a repressão dos senhores de engenho, fornecedores de cana e usineiros. Na usina Estreliana, onde o proprietário mantinha uma média de trinta vigias, de uma só vez foram assassinados cinco camponeses. José Lopes Siqueira Santos, usineiro assassino, já conhecido por suas atrocidades, foi obrigado a deixar a usina por vários meses com medo da revolta popular e só não foi a usina transformada em escombros por causa da diretoria do sindicato de Palmares e particularmente do seu presidente José Eduardo, um pelego revisionista prestista. No município de Moreno, no engenho Oiteirão, o senhor de engenho assassinou um delegado sindical após uma greve. Neste sindicato como havia a participação ativa dos comunistas revolucionários, verificou-se o oposito da usina Estreliana: um nosso companheiro mobilizou dois mil camponeses em uma assembleia sindical e marchou sobre o engenho do assassino. Em todo o percurso de Moreno a Tapera, o transtorno foi interrompido pelos camponeses para verem cada carro que passava, se o assassino ia fugindo. Por último sitiaram o engenho e prepararam o incêndio de toda a propriedade inclusive da casa grande com a família do assassino dentro. Isto só não foi concretizado por haver chegado um contingente da polícia que se comprometeu a prender o criminoso, entregá-lo à justiça, fazer completa busca dentro da casa do senhor de engenho para apreender todas as suas armas e desarmar completamente os capangas do assassino. A exceção da prisão do usineiro assassino, todas as outras providências foram concretizadas. Nesta ocasião foi preso um agente do serviço secreto do exército. Após ter sido desarmado, foi esbofetado e expulso do meio dos camponeses. Outro fato que causou repúdio à opinião pública foi o assassinato, em També, de um operário paulista pelo senhor de um dos engenhos daquele município. Após o crime, como de costume, fugiu para lugar desconhecido. Os camponeses de Goiana e Timbaúba, marcharam sobre També. Ambos os sindicatos, de Goiana e Timbaúba, estavam sob a direção das Ligas; por ser o operário morto um trotsquista, elementos do conselho das Ligas intervieram no sentido de dissolver a manifestação e punição do criminoso ou cúmplice pelos camponeses de Goiana e Timbaúba.

Os comunistas revolucionários que atuavam no meio camponês, frente a tais atrocidades, resolveram programar manifestações de protesto em todos os sindicatos da zona canavieira. Como dispunham de hegemonia nos sindicatos de Jaboatão, Moreno e São Lourenço a data foi adotada com todo ardor a resolução de "olho por olho e dente por dente". Realizou-se inicialmente um comício com oito mil camponeses e dois mil operários das oficinas da Rede Ferroviária do Nordeste e das usinas Bulhões e Colônia na praça principal de Jaboatão. Neste comício foi feito nosso ultimato aos senhores de engenho, fornecedores de cana e usineiros: que daquele dia em diante a morte de um camponês equivalia à cabeça do assassino ou ao extermínio da propriedade. Outra concentração igual foi feita em São Lourenço e firmado um pacto inter-sindical através do secretário daquele sindicato, no sentido de por em prática a resolução. O sindicato de Moreno aderiu ao pacto através do seu secretário convocou uma grande concentração em conjunto com os operários daquela cidade, onde foi levado ao conhecimento dos camponeses o nosso propósito.

Após estas concentrações e se ter firmado o referido pacto, foi enviado um ofício a todos os sindicatos da zona canavieira no sentido de uma reunião conjunta por parte das diretorias para se debater as idéias expostas acima e mais o propósito de ser fundada uma Central Sindical, organização que se contraporá à Federação Sindical em mãos dos padres Crespo e Melo. Dêstes ofícios-convites só um foi aproveitado, o enviado ao Sindicato de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém dirigido por Júlio Santana. O sindicato dêstes três municípios até a data da fundação da Central Sindical realizou três concentrações nos diferentes municípios, a que compareceram mais de vinte e cinco mil camponeses. A maior destas concentrações foi em Serinhaém com dez mil camponeses, coisa nunca vista ná-

quela cidade. Teve também repercussão, que o juiz de direito, leão da u sine Trapiche fugiu, e por isso moveu um inquérito contra Júlio Santana.

No dia da fundação da Central Sindical compareceu grande delegação de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém. Realizou-se na Casa dos Ferroviários em Jaboatão, com a participação de todos os ferroviários e sua banda de música, operários das usinas Bulhões e Colônia e com a participação dos três sindicatos - Jaboatão, São Lourenço e Moreno, encerrando-se com um gigantesco comício em praça pública.

No dia seguinte, a Igreja, as Ligas, os revisionistas e outros elementos estranhos ao movimento camponês mobilizavam-se contra a Central e para dissolvê-la utilizaram até o governador com o propósito de dissuadir dessa iniciativa os dirigentes eleitos da Central Sindical, conseguindo em parte seus objetivos. Três dias depois Júlio Santana foi preso a pedido do juiz de Serinhaém por inspiração dos degenerados revisionistas prestistas e alguns elementos das Ligas.

As invasões de terras e as greves foram as principais armas dos camponeses durante os últimos meses que antecederam o golpe de abril de 1964. Foram realizadas três importantes invasões de terra dentro dos engenhos da zona canavieira e nas partes de propriedades da zona do agreste. Estas invasões procuravam atingir os latifundiários mais odiados, mais incompatibilizados com os camponeses, dentre os quais Constância Maranhão, velho assassino no campo de Moreno e deputado pelo voto de "cabresto". O famigerado Alarico Bezerra, verdadeiro sádico, conhecido por todos pelos crimes que cometeu quando era Secretário de Segurança Pública no governo do não menos brutal Barbosa Lima Sobrinho. Quando não se tratava de invasão de terras dos latifundiários eram feitas invasões em terras do Estado ou da União. As mais importantes invasões foram:

1)- A do engenho Serra dirigida pelas Ligas, na qual os camponeses foram por vários dias, senhores absolutos da propriedade. Vale a pena ressaltar que o Engenho Serra pertencia ao criminoso Alarico Bezerra e situa-se no município de Vitória de Santo Antão, nascedouro das Ligas. Os camponeses de toda a região afluíram à Serra, tanto para reivindicar terras, como pelo ódio ao secretário de Barbosa Lima Sobrinho. Nesta invasão, para evitar contra-ataque dos capangas de Alarico, foram postos em armas cem homens, os quais se portaram com galhardia e dignidade, sem tocar nos bens da propriedade até que o governo tomasse as medidas adequadas. É bom ressaltar que a camarilha revisionista dirigida por David Capistrano utilizou o presidente do sindicato de Palmares para dissuadir os camponeses dos seus propósitos, o que não conseguiu, tendo sido desarmado e posto em fuga pela massa enfurecida.

2)- O Engenho Coqueiro de Constancio Maranhão foi a segunda maior invasão feita pelos camponeses e no entanto não teve o êxito desejado devido a atuação de um aventureiro sem qualidades de nome João Alfredo, que se colocou à "frente" do movimento em busca de manchetes nos jornais. No entanto, este indivíduo não conseguiu retirar o verdadeiro caráter do movimento. Apesar dos camponeses terem de fato evacuado as terras, o governo foi forçado a acomodar todos os que tinham sido vítimas da bossalidade de João Alfredo. O movimento teve tanta repercussão que Constancio Maranhão, em seguida à invasão, loteou imediatamente o engenho, coisa que desfez logo após o golpe de 10. de abril de 1964.

3)- A terceira invasão, pela ordem, foi feita pelos comunistas revolucionários que atuavam no Sindicato Rural de Jaboatão, desta vez em propriedade da Rede Ferroviária do Nordeste. Esta invasão durou três dias em uma propriedade que se chama Sementeira, no município de Jaboatão e teve êxito total. Foram mobilizados todos os desempregados dos engenhos e em seguida foram levados até a sede sindical. Aí foi exposto o verdadeiro sentido da invasão e a forma pela qual ia ser feita, como também a quantidade de terra para cada um. Numa quinta-feira, às duas horas da madrugada deslocou-se a multidão até o local e lá foi dada posse à terra prometida. Preparou-se o contra-ataque que, entretanto não foi usado devido a dois fatores:

a)- O poderio do Sindicato Rural de Jabotão e seu prestígio entre as massas camponesas.

b)- As terras eram propriedade da Rede Ferroviária do Nordeste o que facilitou o diálogo com seu diretor Almir Braga, que não queria ver o governo reformista de Jango envolvido em questões com os camponeses, encerrando o caso com a entrega das terras.

Inúmeras invasões de menor porte foram realizadas nos vários municípios de Pernambuco e do Nordeste onde havia organizações das Ligas. Vale a pena destacar, depois de Vitória, em Pernambuco, Sapé, na Paraíba, onde foi travado combate entre os camponeses e policiais do Estado, tendo sido desbaratado um contingente da polícia, com a morte de um sargento e a fuga de um coronel. Esta Liga deu um mártir: João Pedro Teixeira. As Ligas de Timbaúba, Também, Goiana, na região de Tejucupapo, Bom Jardim, nas terras de Osvaldo Lima Filho, Limoeiro, Surubim, Panelas de Miranda e de outros municípios efetuaram mais de uma centena de pequenas e médias invasões. Não nos referimos aqui como invasão, os acontecimentos de Galiléia, apesar de sua grande expressão política, pois foi o início da grande arrancada do movimento camponês no Nordeste. Isto porque os acontecimentos de Galiléia de fato não foram invasão. No movimento de Galiléia os camponeses sem terra de outras propriedades não tomaram posse das terras dos latifundiários, mas sim os próprios camponeses da mesma Galiléia, com justa razão se rebelaram contra o sistema de exploração do latifúndio e pleitearam novas condições de pagamento. Não sendo estas aceitas pelo proprietário, este levou o caso ao "juiz" de Vitória. Veio a ordem de despejo e contra esta atitude do discricionário "juiz" foi adotada a palavra de ordem de "terra para quem nela trabalha". Com esta intransigente posição dos camponeses, o governo de Sid foi obrigado por um projeto aprovado na Assembléia a desapropriar o latifúndio para manter os camponeses na terra.

A greve foi a principal arma dos camponeses na zona açucareira. No entanto existem diferenças substanciais entre as greves dos camponeses da zona canvieira de Pernambuco e as greves dos operários das cidades:

1)- os camponeses da zona canvieira em Pernambuco nunca dependeram, nem mesmo das diretorias sindicais para decretarem suas greves.

2)- jamais se submeteram à podridão burocrática da "justiça do trabalho" para se declararem em greve.

3)- o que entendiam por decisão coletiva não era o formalismo clássico das assembleias sindicais, mas sim o apoio recíproco entre os camponeses em cada caso concreto reivindicatório.

4)- o caráter político das greves:

a)- contra a demissão de companheiros,

b)- contra a prisão de companheiros,

c)- contra o assassinato de companheiros,

d)- contra a intervenção nos sindicatos,

e)- contra a discriminação ministerial que favorecia os sindicatos dirigidos pelos padres e prejudicava os autênticos dirigidos pelos camponeses,

f)- contra a participação e interferência dos padres nos sindicatos,

g)- pelo respeito integral ao Estatuto do Trabalhador Rural.

Estes fatores acima enumerados comprovam o caráter diverso entre as greves nas cidades onde a classe operária se submete a uma série de formalidades jurídicas, desde assembleias sindicais convocadas uma após outras, para se travarem debates intermináveis em torno de determinadas questões, até as decisões da "justiça", que se prolongam indefinidamente de audiência após audiência. Somente depois de cumprir a risca todos os "mandamentos" da legislação trabalhista, a justiça do trabalho "permite" à classe operária decretar greves.

No campo isto nunca se verificou. Para haver uma paralização total, o suficiente era uma discussão entre um delegado sindical num engenho e um administrador. O delegado voltava-se para o eito, plantio ou corte de

cana e dizia "vambora meninos". Isto era obedecido sem a menor discussão por parte dos camponeses e os engenhos iam porando em cadeia um após outro. Em seguida dirigiam-se ao sindicato e já levavam o fato como consumado, cabendo à diretoria somente ratificar. Certa vez um vereador de Moreno visitava o Sindicato de Jaboatão e com um caso semelhante ao acima descrito caiu na bobagem de dizer que tal procedimento era errado. Os camponeses se juntaram e quebraram quase uma cerca de estacas nas costas do estúpido vereador. Este após três dias morreu e os camponeses com justa razão disseram, que se tratava de um agente dos latifundiários.

Os sindicatos rurais de Pernambuco, que mais utilizaram as greves e mais elevaram as lutas econômicas a um nível político e adquiriram maiores conquistas foram os de Jaboatão, São Lourenço da Mata e Moreno dirigidos politicamente pelos comunistas revolucionários; Goiana, Timbaúba, Ipojuca orientados pelo Conselho das Ligas Camponesas; Cabo, Rio Formoso, Escada, Xexêu, Cortês, Amaragi, Ribeirão, com largas influências por parte das Ligas Camponesas nestas delegacias, isto é, com exceção de Escada e Cabo que eram sedes sindicais na época. Hoje, após o golpe foram desmembrados e todos os municípios acima citados são sedes sindicais.

O sindicato de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém dirigido por Julio Santana, "livre-atirador", deu de fato grandes contribuições ao movimento reivindicatório e grevista, levando os proprietários das usinas Barreiros, Trapiche e Cucaú a extinguirem os chamados empreiteiros e darem início às assinaturas das carteiras profissionais. Os sindicatos de Palmares e Escada estavam nas mãos da camarilha revisionista. Estes sindicatos tinham uma "boa" estrutura burocrática, mas pouco combativa; todas as lutas eram espontâneas, como já foi dito atrás, ou então orientadas de fora pelas Ligas ou pelos comunistas revolucionários. Os sindicatos fantasmas eram dirigidos pelos padres Melo e Crespo, digo fantasmas porque a Federação Sindical em poder dos referidos padres requereu por antecipação um feixe de cartas sindicais num total de aproximadamente 50 e o senhor Almino Afonso atendeu-os em detrimento dos verdadeiros sindicatos que ficaram com toda massa camponesa em torno de suas diretorias e as cartas sindicais nas gavetas da "federação" organizada com o dinheiro fornecido pelo I.B.A.D.E. (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Com isto criou-se uma verdadeira luta entre os sindicatos reais e os sindicatos fantasmas. Os reais tinham associados mas não tinham cartas; os fantasmas tinham cartas mas não tinham associados. Os revisionistas conciliavam com os padres através de um advogado falastrão chamado Rildo Souto Maior e às escondidas tramavam a entrega dos sindicatos aos padres com perda de posição dos dirigentes camponeses dos sindicatos reais. Com esta situação o Sindicato de Jaboatão sempre na vanguarda do movimento camponês decretou a primeira greve política contra o padre Crespo, vigário de Jaboatão e os revisionistas. Esta greve durou três dias com oito mil associados. Quando São Lourenço e Moreno se preparavam para prestar solidariedade, os camponeses tomam de assalto a sede sindical que estava nas mãos da polícia, tendo esta ido para lá a fim de manter a "ordem". A esta altura o padre tinha corrido; o "juiz" cúmplice da intervenção policial pediu transferência; o revisionista que serviu de intermediário, de nome Lira, correu deixando o paletó em cima de uma cadeira. A carta sindical que estava em um quadro na parede foi tirada. Sairam os camponeses em posseata até a praça principal da cidade, o comércio fechou, a polícia foi recolhida à delegacia e tomou posição de combate e o 14º Regimento de Infantaria do Exército ficou impedido, mas as massas camponesas ficaram com a carta sindical e a sede até 12 de abril de 1964. Fato semelhante a este, de greve política, foi realizado em quase todos os sindicatos de Pernambuco, com a inércia da D.R.T. (Delegacia Regional do Trabalho) em relação às cartas sindicais em poder da Federação dos padres. Foram realizadas greves parciais nos sindicatos de Goiana, Também, Timbaúba, Moreno, São Lourenço, Canela, Ipojuca e por último Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém. Nesta última cidade onde se realizou a Assembléia Geral das três delegacias compareceram aproximadamente vinte e cinco mil camponeses.

Lá estiveram o Delegado Regional do Trabalho e o advogado beberão dos revisionistas, Rildo Souto Maior. Ambos foram prêsoes pelos camponeses e passaram dentro de um quarto do Sindicato mais de seis horas e só foram soltos por intervenção direta do governador do Estado, que enviou para lá o seu assessor jurídico, Djaci Magalhães, em um avião do Estado, julgando não mais encontrá-los vivos.

Uma série de greves econômicas e políticas, que o usineiro Cid Sampaio pela televisão, em suas provocações contra os camponeses, calculou em 2.300, foram de fato a base para a grande greve geral de 1963 que paralizou toda a zona canavieira em Pernambuco. O total de grevistas foi de 250 a 300 mil. Os dias de greve foram cinco. A reivindicação foi salarial, aumento de 80% e mais os dias de greve; assinatura de todas as cartilhas profissionais em trinta dias, inclusão no I.A.P.I. e os atrasados de algumas usinas. Esta greve trouxe a Pernambuco o ministro do trabalho que aqui veio para conciliar as partes em choque. Ao chegar apoiou-se na camarilha do "Consintre" (Conselho Sindical dos Trabalhadores), no Delegado Regional do Trabalho e no já qualificado Rildo Souto Maior, para encontrar a solução que não tardou a chegar. Os usineiros e fornecedores de cana propuseram aumentar o preço do açúcar e esta proposta foi "milagrosa". A camarilha do "Consintre", tendo a frente o deputado estadual Gilberto Azevedo (também revisionista e alcoôlatra), o irresponsável Rildo Souto Maior, o Delegado do Trabalho, juntos com a Federação dos padres, deram o fato por encerrado, descarregando desta forma o aumento dos camponeses nas costas dos trabalhadores das cidades e dos campos.

No entanto a camarilha acima mencionada "esqueceu-se" da reivindicação dos camponeses de serem incluídos no I.A.P.I. para gozarem dos mesmos direitos de seus irmãos da classe operária. Levaram às massas a palavra de ordem "Vitória" e suplantaram com o aparelho de propaganda do que dispunham as vozes de protesto dos comunistas revolucionários e de alguns elementos do Conselho das Ligas. Mas não tardou o dia das massas camponesas dos Sindicatos de Jaboatão, São Lourenço, Moreno, Goiana, Timbaúba, Barreiros, Rio Formoso, Serinhaém e parte dos camponeses dos Sindicatos de Palmares e Escada deflagrarem sua última greve política antes do golpe de 12 de abril de 1964. Nesta greve a camarilha do "Consintre" e o Delegado Regional do Trabalho cederam no sentido de serem descontadas as cotas do I.A.P.I. e de os camponeses gozarem os benefícios desta instituição. Esta greve foi uma das mais importantes, tanto por seu caráter político, como por se tratar de uma resposta àqueles que antes deram por encerrada uma greve de conquistas incompletas. O mais interessante é que esta greve surgiu de uma manobra revisionista para readmitir um dos diretores do I.A.P.I., também revisionista, aliado por Jango, mas o tiro saiu pela culatra. O caráter da greve foi mudado completamente, foi levantada a palavra de ordem "IAPI para os camponeses" e o nome do degenerado oportunista, um tal de Gilvan Pio Rance, foi pôsto à margem do movimento. Ao terminar a greve foi confirmada a demissão, enquanto os camponeses comemoravam a vitória.

Infelizmente a massa camponesa não pôde gozar os resultados desta vitória, porque as forças políticas, embora caíssem em pânico diante das massas camponesas e de sua ação revolucionária, se preparavam para lançar uma contra ofensiva que culminou com o golpe de 12 de abril de 1964, que temporariamente levou à defensiva geral o grande movimento que estava em ascensão em todo Nordeste, particularmente na zona canavieira de Pernambuco.

A tremenda nuvem negra que desabou sobre o movimento camponês e sobre o país é no entanto passageira. Não tardará o dia em que as massas camponesas, tendo à frente seus irmãos operários, darão a resposta adequada à corja de militares que covardemente traíram os interesses nacionais impondo ao nosso povo uma ditadura a serviço dos imperialistas norte-americanos e seus "testas-de ferro", dos latifundiários e dos "tubarões".

(segue)

V.- A revolta dos sargentos

A 12 de setembro de 1963 os sargentos da Marinha e Aeronáutica tomavam o Departamento Federal de Segurança Pública, a Estação Central da Rádio Patrulha e o Ministério da Marinha, iniciando um movimento contra a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a ineligibilidade dos sargentos. Esta revolta teve grande repercussão entre os marinheiros pois a maioria dos fuzileiros navais comandados pelos sargentos rebeldes do Grupamento de Fuzileiros de Brasília eram membros da Associação.

Nas unidades da Marinha do Rio de Janeiro todos foram colhidos de surpresa. Muitos marinheiros só tomaram conhecimento da revolta através da leitura da "ordem do dia" em suas respectivas unidades. No cruzador Tamandaré o comandante reuniu a guarnição e fez um violento discurso contra o governo de Goulart, acusando-o de proteger os revoltosos e mesmo de apoiá-los secretamente.

Foi grande na massa a expectativa pelo desdobramento da rebelião. Sem que no entanto isso estimulasse qualquer iniciativa de apoio aos sargentos de Brasília. Dois fatores explicam a passividade da massa. Primeiro, o desconhecimento dos objetivos dos sargentos, aliado à surpresa. Segundo a falta de uma organização capaz de assumir prontamente uma posição ofensiva. Os marinheiros possuíam uma organização muito "democrática", isto é necessitava-se discutir tudo com antecedência de no mínimo uma semana, o que tornava impraticável a existência de um dispositivo permitindo apoiar ações do tipo de Brasília. Os marinheiros da AMFNB só puderam se mobilizar três dias depois da repressão ao movimento dos sargentos. Durante o estado de alerta que se sucedeu à rebelião a comunicação reduziu-se a saber o que estava se passando.

Depois de uma semana os rebeldes de Brasília foram levados para a Guanabara e alguns concentrados em navios mercantes. A diretoria da AMFNB procurou dar "apoio jurídico" aos marinheiros e fuzileiros presos ao mesmo tempo que tentava junto a oficiais legalistas e deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, encontrar uma forma de impedir o isolamento dos rebeldes.

No fim, o que os marinheiros e sargentos conseguiram em Brasília foi por em xeque por algumas horas o Batalhão Presidencial. Segundo o sargento Prestes de Paula, chefe da rebelião, os sargentos do Exército, que faziam parte do comando, recuaram na última hora, sendo este um dos motivos do fracasso da rebelião.

A burguesia e os oficiais reacionários se vingaram depois deste susto espancando os prisioneiros e apesar dos panos quentes do esquema militar de Jango não foi possível evitar o avanço dentro do Exército das idéias pregadas por Castelo Branco. É claro que a conspiração não precisava desses fatos para ganhar os oficiais, mas mesmo assim membros do governo e seus aliados de esquerda insistiam no fato de que a revolta de Brasília tivera um caráter circunstancial e local, tentando minimizar sua importância.

Irrupendo num movimento de protesto contra a decisão de um Tribunal da república burguesa, que não era o "poder popular" que imaginavam, os sargentos só podiam chegar a este desfecho. Alguns sargentos do comando da rebelião em Brasília, analisando a conjuntura nacional naquele momento, concluíram que uma rebelião na capital poderia ser o estopim de uma insurreição nacional. E descartando a possibilidade de que o movimento se limitasse apenas a Brasília, precipitaram-se em levá-lo a cabo, apesar de só contarem com promessas vagas de adesão das unidades da Guanabara e São Paulo. Segundo o sargento Prestes, foi uma "romântica rebelião de um grupo de subalternos".

As lições práticas desse fato foram mais bem aproveitadas pelo comando contra-revolucionário. Uma radicalização desse tipo tornava cada vez mais precária a situação do governo, ao mesmo tempo que aumentava as dificuldades que tinha para conseguir comandos "leais". As bases sociais do governo se estreitavam cada vez mais e o empurravam para um impasse de seu esquema militar. Que poderia fazer por exemplo um general Assis Brasil, incapaz e quase sempre bêbado diante da organização dos contra-revolucionários? Os acontecimentos de setembro 1963 em Brasília motivaram também especulações tendentes a fazer crer que Leonel Brizola e Max da Costa Santos estariam por trás dos sargentos, já que tomaram sua defesa na Câmara Federal após a rebelião. É certo, de qualquer modo que Brizola aproveitou para pressionar o governo, inclusive responsabilizando-o pela decisão do Supremo Tribunal Federal.

O máximo que os sargentos e marinheiros conseguiram com o "protesto armado" foi liquidar com o pequeno grupo de vanguarda em Brasília, entregando-o aos reacionários. Destruíram a débil organização de massa dos subalternos em Brasília, cortando a possibilidade de transformá-lo num organismo aglutinador dos soldados na capital federal. Com a Associação dos Sargentos em Brasília acabou também a "filial" da AMFNB ali formada. Os oficiais fuzileiros foram substituídos e o grosso da tropa de fuzileiros transferido de Brasília. Foi fácil aos oficiais acabar com a organização marinheira de Brasília, nestas condições. E não foi possível esboçar qualquer tipo de reorganização. A diretoria central da AMFNB no Rio estava aturdida e o negócio agora era lutar pela própria sobrevivência na Guanabara, para onde refluíam os marinheiros deslocados de Brasília. Não era possível à diretoria da Associação estabelecer contacto com os marinheiros presos em Brasília, pois estes haviam sido postos incomunicáveis no navio Raul Soares.

Na mesma época houve outro conflito, agora na base naval de Ladário, Mato Grosso. Os oficiais invadiram a sede local da Associação e prenderam os diretores. Alegaram agitação política, devido aos cartazes da Petrobrás que falavam de monopólio estatal de petróleo e de encampação das refinarias particulares que ali existiam. Apesar de não haver nenhuma relação direta entre os revoltosos de Brasília e os marinheiros de Ladário, era óbvia a preocupação dos oficiais reacionários em não permitir a expansão da AMFNB nos estados e a centralização do movimento dos subalternos dentro da Marinha.

O Conselho do Almirantado ficou visivelmente alarmado com o número de fuzileiros envolvidos na rebelião de Brasília. Os almirantes mais reacionários que não estavam em comandos de unidades mas que podiam influenciá-los divulgavam informes e boatos sobre a "gravidade da situação" reunindo-se secretamente no Clube Naval. Como eram oficiais em "disponibilidade" (expediente usado pelo governo para afastar os oficiais mais reacionários) tinham tempo suficiente para conspirar, fingindo estarem em reuniões ordinárias.

Com o término dos acontecimentos de Brasília, começaram os pronunciamentos dos "dignos sub-oficiais e sargentos". O próprio Almirante Zock Cavalleiro (o sargento-deputado cujo mandato havia sido negado pelo STF) declarava-se contra a manifestação de seus companheiros, considerando-a como "efêmera e romântica". Apesar de achar justo seu direito ao mandato, Cino Vogt, presidente do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, homem ligado ao serviço secreto do Exército, condenou os seus colegas de Brasília, falando nos prejuízos que haviam causado à nação. Naturalmente colocava-se do lado dos oficiais reacionários na esperança de contar com sua simpatia. E David Bezerra Falcão, do Clube dos Suboficiais e Sargentos da Marinha, declarava de forma confusa e ingênua, talvez repetin-

do uma frase que lhe fora insuflada pelos oficiais : "os objetivos de nossa classe devem ser defendidos por meios legais, a fim de obter correções da lei eleitoral". Estes clubes representavam (senão na prática, ao menos nas intenções) o protesto dos suboficiais e sargentos da Marinha contra o Clube Naval, o Clube Militar e finalmente contra a Constituição que só lhes dava pela metade o direito de cidadãos. Bastava um título de segundo tenente para que os membros das classes médias possuissem mais direitos que um velho marinheiro que passava 20 e as vezes 30 anos para chegar à graduação de suboficial. Por esta razão o temor e o ódio da oficialidade se voltava contra esses clubes, mesmo quando eles nem sequer esboçavam a defesa de seus membros.

O malestar de David Bezerra, Ciro Vogt e outros bajuladores também se dirigia contra aqueles companheiros que queriam levar sua contestação além dos limites impostos pelo CENIMAR e pela oficialidade.

O dia 12 de setembro de 1963 em Brasília mostrou onde os equívocos e ilusões podem levar uma camada social ou mesmo uma classe. A finalidade da rebelião era obrigar o governo, ou melhor, um dos poderes burgueses a corrigir uma lei. Não era a revolução. Era a tentativa de amedrontar o Parlamento burguês e forçá-lo a aceitar sargentos como seus membros.

conclui no próximo número

INDICE DO PRESENTE NUMERO

PROJETO DE PLATAFORMA POLITICA -----	p.1
DEBATE EN TORNO DA "AUTOCRITICA NECESSARIA"	
Um coletivo da ALN : <u>Contribuição à discussão de</u> <u>"Uma autocrítica necessária"</u> -----	p.34
PALMEIRA (CAPIVARA) : O MOVIMENTO CAMPONES NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO (II) -----	p.41
B. MIGUEL : A ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS (V) -----	p.49

CORRESPONDÊNCIA COM DEBATE E TEORIA Y PRACTICA

NA EUROPA : DEBATE a/c ELLEN BEAURIN
21, Quai St. Michel
75005 Paris
FRANÇA

NA AMERICA LATINA : TEORIA Y PRACTICA a/c EDITORA BIO-BIO
CALLE DAVILA, 734
SANTIAGO
CHILE

DEBATE, ORGÃO DE REUNIFICAÇÃO DOS MARXISTAS-LENINISTAS DO BRASIL
DEBATE, POR UM PROGRAMA MARXISTA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA
DEBATE , PELA LIBERDADE
DEBATE , PELO SOCIALISMO

ENVIE SUAS CRITICAS ENVIE SUAS
CONTRIBUIÇÕES

DISCUTA DEBATE COM SEUS COMPANHEIROS

DISCUTA DEBATE CONOSCO

FALAMOS CONTINUAMENTE EM PREPARAÇÃO SISTEMÁTICA E PLANIFICADA, MAS NÃO QUEREMOS DIZER COM ISSO QUE A AUTOCRACIA SÓ POSSA SER DERRUBADA POR UM CERCO REGULAR OU UM ATAQUE ORGANIZADO. TAL OPINIÃO SERIA ABSURDA E DOGMÁTICA. AO CONTRÁRIO, É BASTANTE POSSÍVEL, E HISTORICAMENTE MUITO MAIS PROVÁVEL, QUE O COLAPSO DA AUTOCRACIA SEJA PROVOCADO PELO IMPACTO DE EXPLOSOÕES ESPONTÂNEAS OU DE CRISES POLÍTICAS IMPREVISÍVEIS QUE A AMEAÇAM CONSTANTEMENTE DE TODOS OS LADOS. MAS NENHUM PARTIDO POLÍTICO QUE PRETENDA EVITAR JOGADAS AVENTUREIRAS PODERÁ BASEAR SUAS ATIVIDADES NA ESPECTATIVA DE TAIS EXPLOSOÕES OU CRISES. PRECISAMOS TRILHAR NOSSO PRÓPRIO CAMINHO E PROSSEGUIR INABALAVELMENTE COM NOSSO TRABALHO REGULAR PORQUE QUANTO MENOS ESPERARMOS DO INESPERADO, MENOR SERÁ O RISCO DE SERMOS PEGOS DESPREVENIDOS POR ALGUMA "VIRADA HISTÓRICA"

LÊNIN,

POR ONDE COMEÇAR ?